PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Priscila Sansone Benedetti

Pela legitimação da tolerância: uma leitura da obra *Tratado sobre a Tolerância* de Voltaire

MESTRADO EM FILOSOFIA

SÃO PAULO

2011

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO
PUC - SP

Priscila Sansone Benedetti

Pela legitimação da tolerância: uma leitura da obra *Tratado sobre a Tolerância* de Voltaire

MESTRADO EM FILOSOFIA

Dissertação apresentada à Banca Examinadora como exigência parcial para obtenção do título de MESTRE em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, sob a orientação do Prof. Doutor Marcio Alves da Fonseca.

SÃO PAULO
2011

BANCA EXAMINADORA

Agradecimentos

Agradeço a paciência e crédito que meu orientador Márcio depositou em mim. Seu conhecimento e preciosismo intelectual foram essenciais para a produção de minha dissertação e mudança, para melhor, em minha escrita. Ao Professor Edélcio, obrigado por me apoiar e fazer acreditar que conseguiria. Prof. Marcelo e Prof. Valverde, a postura de vocês como mestres ficarão em mim como exemplo dentro e fora de sala de aula.

Não tenho palavras para agradecer a ajuda e apoio incondicional dos sempre amigos Edison (grande mentor intelectual), Sandra, Beatriz e Jane.

À minha mãe, pilar de meu conhecimento, devo a força para a busca incessante em ser uma pessoa melhor e mais intelectualizada.

Meu amor eterno e mecenas Lú, obrigado, você foi a razão de meu esforço e certeza de que conseguiria enfrentar os percalços de uma vida acadêmica.

BENEDETTI, Priscila Sansone. Pela Legitimação da Tolerância: uma leitura da obra *Tratado sobre a Tolerância* de Voltaire

Orientador: FONSECA, Márcio Alves da

RESUMO

O objetivo da presente dissertação é analisar o percurso adotado pelo pensador Francês Voltaire, no que diz respeito à idéia de tolerância, em sua célebre obra *Tratado sobre a Tolerância*. Para tanto, foi utilizado o mesmo método adotado pelo pensador, qual seja, olhar para a história como uma forma de refletir sobre o presente, e projetar o futuro na busca de uma possível legitimação da tolerância, sem uma cronologia rigorosa como mecanismo de análise. Primeiramente, foi abordado o sentido da palavra tolerância e suas diversas formas de interpretação, passando entre as civilizações da Antiguidade, a saber, Grécia e Roma. Após, algumas razões possíveis que colaboraram para as reflexões da idéia de tolerância na dita modernidade em âmbitos correlacionados, a saber, educação e religião como possibilidade de legitimar uma vida social-política e econômica. Ao final, cumpre o objetivo de uma análise referente aquilo que podemos entender como um reflexo que nos chega das idéias ilustradas.

Palavras-chave: tolerância, iluminismo, razão, religião, educação.

BENEDETTI, Priscilla Sansone. The legitimization of Tolerance: a reading of the work Treatise on Tolerance of Voltaire.

Advisor: Fonseca, Márcio Alves da

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the route taken by French thinker Voltaire, with regard to the idea of tolerance, in his celebrated work Treatise on Tolerance. To this end, we used the same method adopted by the thinker, that is, looking at history as a way to reflect on the present and project the future in search of a possible legitimization of tolerance, without a strict chronology as a means of analysis. First, we discussed the meaning of the word tolerance and its diverse forms of interpretation, passing between the civilizations of antiquity, namely Greece and Rome. After some possible reasons that contributed to the reflections of the idea of tolerance in the said areas correlated modernity, namely, education and religion as a legitimate possibility of social-political and economic. In the end, accomplishes the goal of an analysis regarding what can be understood as a reflection that comes from ideas illustrated

Keywords: tolerance, enlightenment, reason, religion, education.

SUMÁRIO

Introdução.....	2
Cap. 1 Tolerância: exemplos constatáveis.....	9
1.1 Grécia: educação e respeito basilar.....	11
1.2 Roma: o nascimento da tolerância hodierna.....	15
Cap 2 - Um acercamento do <i>Tratado sobre a Tolerância</i>	22
2.1 Voltaire, a Filosofia Ilustrada e a necessidade da tolerância.....	23
2.2 A Tolerância: essa “lei” necessitava de um <i>Tratado</i>	26
2.3 Uma Abordagem da Tolerância no <i>Tratado</i>	30
Cap.3 Seria a Tolerância um apanágio da humanidade?A Natureza do homem e o esforço da ilustração na defesa de sua benevolência.	53
3.1 O viés da individualidade.	55
3.2 A inversão da <i>Encyclopédie</i>	58
3.3 A Tolerância Religiosa, Jurídica e Política: uma dialética?.....	62
Conclusão.....	67
Referências.....	69

Introdução

A presente dissertação tem como objetivo realizar uma análise da ideia de tolerância elaborada pelo “Príncipe das Luzes”, o filósofo francês François-Marie Arouet, ou como ficou eternizado na história, Voltaire.

A visão acerca da tolerância do filósofo iluminista deverá nortear nossas considerações sobre o tema, sendo que, por vezes, lançaremos mão do mesmo método adotado pelo pensador, qual seja, olhar para a história como uma forma de refletir sobre o presente e projetar o futuro na busca de uma possível legitimação da tolerância.

Inúmeras são as obras publicadas por Voltaire ao longo de sua vida. Considerando numerosos seus textos, cartas e peças de teatro, uma análise exaustiva de sua produção resultaria um trabalho inviável e inesgotável. Por isso, como o tema a ser *Tratado* é a própria tolerância e sua legitimação a partir do pensar do filósofo francês, decidimos abordar sua obra *Tratado sobre a Tolerância*, publicada em 1762, na qual Voltaire, inconformado com a intolerância de sua época, principalmente na França, decidiu investigar mais atentamente o que, de certa forma, acabara por cair no senso comum como uma ideia de tolerância e, mais de que conceituar alguma prática, o filósofo criou uma espécie de tensão na concepção do termo e em sua implicação na sociedade que se digladiava há séculos, especialmente no âmbito religioso.

O que chama a atenção nos diálogos elaborados dos textos de Voltaire é justamente o rigor de seu estilo e uma espécie de complacência com seus interlocutores, fossem eles amigos próximos ou aqueles que não faziam parte de seu círculo de amizades.

Percebe-se que, em muitas passagens de seus textos, o filósofo abandona a polidez da escrita, tão bem manejada por ele, para dar lugar a uma linguagem quase grotesca, onde não faltam, inclusive, palavras chulas, característica evidente de um texto, cujo autor privilegiaria um público menos exigente. A exemplo do que se refere em *Traité sur la tolérance*, Voltaire não escreveu especificamente para eruditos e, dessa forma, há que se reconhecer que a figura do leitor ganha relevo nos textos, de maneira que esse assume um papel ativo em vez de mero receptor das informações.

Lançar-se-á mão, no momento oportuno, de outras obras de Voltaire, assim como de textos de comentadores e outros filósofos , os quais contribuirão para a finalidade deste trabalho.

Entende-se que não há como abordar o tema da tolerância, fundamentalmente com relação ao seu uso no âmbito religioso, social e político, sem necessariamente elaborar algumas considerações acerca do período histórico que abraça a vida do pensador em questão e de seus contemporâneos.

O objetivo desta reflexão passa ao largo de uma reconstrução histórica da filosofia ilustrada, no entanto, acreditamos que seja essencial, para a presente dissertação, a recuperação de um itinerário histórico e, de quando em quando, a exemplo do que fez o próprio pensador, revisitando passagens históricas sem uma cronologia rigorosa como mecanismo de análise, valer-nos-emos desse mesmo método.

Na tentativa de compreender o ponto de vista de Voltaire, considerado muitas vezes “pessimista” e cético quanto à natureza do homem, bem como os seus comentários e textos extremamente ácidos, que, juntos, serviram de farol para reflexões que se fazem vivas até os dias de hoje é que foi confeccionada tal dissertação.

Muito embora a obra em questão seja preponderante para pensarmos a idéia de tolerância, acreditamos que uma breve referência ao pensamento de Voltaire possa fortalecer o trabalho que agora implementamos. Haverá a tentativa, pelo presente método, de não diferir daquilo que o próprio “Príncipe das luzes” adotou: o resgate de alguns períodos históricos que, por vezes, podem parecer, a um leitor mais desatento, desorganizados. Em outras vezes, anacrônico. Desse modo, verificar nas raízes do “novo pensamento” iluminado pela razão, um possível “caminho” que a idéia da tolerância tenha seguido torna-se conveniente.

A idéia de Voltaire quanto à tolerância segue um trajeto curioso, não obstante sua importância e relevância no conjunto de obras do filósofo, seu pensamento parece emanar e convergir para a ilustração, numa espécie de ciclo onde o ponto de partida se confunde com a linha de chegada.

A exemplo do que já foi referido, utilizar-se-á, no primeiro capítulo do presente trabalho, um método similar ao de Voltaire. Primeiramente abordando o sentido da palavra tolerância e suas diversas formas de interpretação, afinal, o ato de “tolerar” pode significar permissividade, resistência, convívio harmônico, entre outros.

Ainda no primeiro capítulo, verificam-se, seguindo de perto as análises de Voltaire presentes no *Tratado*, especialmente entre as civilizações da Antiguidade, a saber, Grécia e Roma, algumas razões possíveis que colaboraram para o panorama que serviu de “pano de fundo” para as reflexões da idéia de tolerância. Inevitavelmente, por razões que serão expostas no desenvolvimento do trabalho, serão abordados, como forma de justificar nossas considerações sobre a necessidade de tolerância, aspectos diretamente correlacionados à noção de educação e religião.

Entendemos que estes dois campos são fundamentais para o projeto de reflexão, uma vez que Voltaire recorre a ambos com frequência, afinal estamos diante de um dos principais enciclopedistas e também de um homem que não negligenciava completamente a idéia de um Deus. Ora, basta ver alguns verbetes da *encyclopédie* para compreender que o processo da educação, da iluminação da razão através do conhecimento, é de extrema importância para o reconhecimento da “verdade”, de si e do outro. Basta também verificar que o próprio termo “tolerância” emana de conflitos religiosos vigentes na época.

Assim, parece coerente a abordagem, à moda voltaireana, de alguns acontecimentos passados justamente para uma melhor aproximação do autor a que vamos fazer referência no segundo capítulo.

Da Grécia dos filósofos a Roma dos imperadores, a forma como eram conduzidos os assuntos acerca da educação e da religião podem ser consideradas exemplos constatáveis daquilo que, nas luzes, alicerçava o desejo do filósofo francês, ou seja: refletir sobre a importância de tornar legítimo um processo que viabilize a tolerância, não apenas como possibilidade de harmonia social, mas fundamentalmente como forma de tornar a vida política e econômica possível, o que pode ser considerado, se não em sua totalidade, em parte, o maior desejo de Voltaire.

Finalizando o primeiro capítulo, tomar-se-á, a título de empréstimo, o exemplo da filósofa Hipátia de Alexandria. Não se o fará no sentido de apresentar sua história, mas principalmente para indicar a ascensão de um cristianismo “intolerante” que já se configurava antes mesmo de 300 a.C., artifício este utilizado pelo próprio Voltaire em seus textos, principalmente em seu *Tratado*.

Com este primeiro capítulo, será possível passar em revista temas importantes que balizarão as reflexões nos capítulos seguintes da dissertação. A

análise do termo tolerância e a revisitação histórica ambientam e alicerçam uma desejosa abordagem mais direta acerca do pensador francês e de suas idéias, assunto de que deve se ocupar o segundo capítulo. Nele, o objetivo principal é o de realizar uma introdução ao período da Filosofia da Ilustração, afinal, o anseio de emancipação e os grilhões religiosos tradicionais passam a ser questões relevantes.

Romper com o tradicional arraigado desde a patrística era preponderante para o projeto das luzes. O pensamento de Voltaire foi fundamental na consecução de tal objetivo. Assim, no segundo capítulo, far-se-á um breve resgate de alguns aspectos que se julgam importantes sobre a vida e a época do autor. Entende-se esse momento como uma ambientação, não apenas com a estrutura do pensamento voltaireano, mas principalmente com a atmosfera em que estava inserido o pensador. Não se pode ignorar que a Europa de Voltaire parecia reunir todas as condições para os acontecimentos políticos e sociais que ainda estavam por vir. Ter noção do tempo e da estrutura do pensamento de Voltaire na ilustração requer também a reflexão sobre a possibilidade de ter sido ele um cético, ou não. A crença nos progressos científicos e a “soberana” razão arvorando-se e desvendando mistérios até então insolúveis, ainda não são suficientes para convencer o filósofo de que o homem havia chegado a uma verdade absoluta e, portanto, a busca incessante do conhecimento poderia deflagrar os limites da própria razão.

A leitura do *Tratado* escrito por Voltaire sobre o tema da tolerância será elaborada a partir da análise de seus principais itens, com o objetivo de compreender o caminho adotado pelo pensador, no intuito de legitimar uma possível prática desta no âmbito social e político, muito embora o autor não tenha definido um claro conceito sobre o assunto, uma vez que seus exemplos históricos parecem muito mais tratar da intolerância, a partir da criação de uma tensão dialética com a própria tolerância. Sobre essa observação, podemos citar Francine Markovits quando, em seu texto “Entre Crer e Saber”, lembra-nos:

Tolerância: ‘paciência através da qual se sofre ou dissimula alguma coisa’. A desaprovação não acarreta a exclusão nem a perseguição. Mas a tolerância não é neutralidade; é uma posição que só se pode manter à condição de haver definido seus limites, em função do intolerável.¹

¹ MARKOVITS, F. Entre Crer e Saber. In: SAHEL, Claude (Org.). *A Tolerância: por um Humanismo herético*. Porto Alegre: LP&M, 1992, p. 114

Assim, a tolerância parece validar-se mais pelo seu contrário de que por uma definição conceitual que a faça valer, como nos garante Rubens Rodrigues Torres Filho:

Não será, pois o pacífico consenso em torno desse sentimento e de sua natural universalidade que irá, aos olhos de Voltaire, constituir problema. O que o intriga, o que suscita seu pensamento, quase como em nome de uma irônica curiosidade antropológica, é o fato de tal verdade nunca ter-se imposto naturalmente, é a existência da intolerância – não como algo chocante, não como o inimigo a combater, mas como uma tolice a mais, dessas que justamente tornam a tolerância uma evidência.²

Ao capítulo final da dissertação, cumpre o objetivo de uma análise referente àquilo que podemos entender como um reflexo que nos chega das idéias ilustradas. Como é possível compreender, após tantos debates e sistemas filosóficos, trata-se de um período que pode ser considerado, como diz Paulo Sergio Rouanet, “a proposta mais generosa de emancipação jamais oferecida ao gênero humano”³

Teria a ilustração força suficiente ainda para influenciar nosso tempo? Essa pergunta se configura como cada vez mais pertinente, em especial num tempo em que ainda se mata, se persegue, se exclui em nome de concepções religiosas. Segundo Rouanet, “o legado da ilustração ainda existe, mas está em crise”.⁴

Ao que tudo indica, confiar cegamente na ciência passa a ser uma ingenuidade:

Sua fé na ciência é denunciada como ingenuidade perigosa, que estimulou a destrutividade humana e criou novas formas de dominação, em vez de promover a felicidade universal. A crença no progresso expôs o homem a todas as regressões.⁵

Como o poder não tolera espaços vazios, ao passo que se solidifica a “hidra” do fanatismo, segundo afirmou o próprio Voltaire, a ciência parece perder terreno. A legitimação das ações radicais, do ponto de vista religioso, cada vez que ocorre, transforma-se em um duro golpe naquilo que foi construído ao longo do período das luzes e que nos chega até os dias de hoje, afinal: “O lugar da tolerância e da

² TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. *Ensaio da Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004, p. 68.

³ ROUANET, Sergio P. *As Razões do Iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005, p. 27.

⁴ *Ibid.*, p. 26

⁵ *Ibid.*, p. 26

racionalidade é suficientemente conhecido para permitir dispensar qualquer série de discussão dos mesmos.”⁶

Nesse “resultado do iluminismo”, há que se ressaltar a revitalização da fé no pluralismo e na tolerância e observância na luta constante contra os fanatismo das mais diversas ordens, pois segundo Rouanet: “eles não se originam da manipulação consciente do clero e dos tiranos, como julgava a ilustração, e sim da ação de mecanismos sociais e psíquicos muito mais profundos.”⁷

E aprofunda:

No passado, o homem lutou contra a religião, que submetia o homem a poderes heterônomos. Mas o trabalho de secularização ficou incompleto, e devemos continuar combatendo as religiões profanas, que engendram um fanatismo tão obscurantista quanto o que Voltaire quis combater no século XVIII.⁸

A questão, na verdade, a que damos início o terceiro capítulo do presente trabalho, diz respeito à tolerância ser uma condição da possibilidade da própria vida social, como uma lei intrínseca ao ser humano. Descreve-se, mais precisamente, a afirmação de Voltaire quanto à tolerância ser um apanágio da humanidade. Nesse momento, revisitam-se, sucintamente, alguns pilares de pensadores como Hobbes e Rousseau, não no sentido de problematizar a afirmação voltaireana, mas no sentido de examinar a possibilidade da benevolência ser realmente um aspecto natural. Enquanto o inglês reforçará que a natureza nos faz iguais e que não podemos reivindicar quaisquer benefícios por conta de qualquer diferença eventual, o franco-suíço, um cidadão ilustrado, não seria diferente, entende que a compaixão e a misericórdia são atávicas.

Procuraremos, também, ainda que brevemente, abordar uma espécie de novo sujeito, o sujeito ilustrado. Como seria esse novo sujeito? Inapelavelmente individual, não podemos esquecer da luta cartesiana através da cogitação em devolver (ou inaugurar) ao homem sua interioridade, sua subjetividade, sua individualidade. Esse projeto, obviamente, não se finda nos esforços cartesianos; estende-se até a ilustração e ganha vulto na própria dimensão ilustrada da tolerância. Ao apresentar esse “novo” indivíduo, será necessário justificá-lo. A

⁶ MOORE JR., B. A Tolerância e o Ponto de Vista Científico. In: WOLFF, R. P.; MOORE JR., B.; MARCUSE, H. *Crítica da Tolerância Pura*. Rio de Janeiro: Zahar, 1970, p. 79.

Tradução: Ruy Jungmann.

⁷ ROUANET, 2005, p. 32.

⁸ ROUANET, op. cit., p. 35

emancipação do pensamento racional não estaria completa se, no bojo da liberdade e da autonomia de pensar por si mesmo, não estivesse presente o respeito, configurado então com ares tolerantes. Ora, dessa forma, seria a tolerância a própria condição de existência do sujeito moderno. Sem ela, o projeto estaria incompleto.

Ressaltada é, também, no terceiro e último capítulos do presente trabalho, a inversão do pensamento sobre a natureza humana, conforme proposto pelos enciclopedistas. Ao contrário da prática exaustiva ao longo da história da humanidade em enfatizar que somos racionais, inteligentes e críticos, o grupo de enciclopedistas, dos quais Voltaire faz parte, inverte a análise. O foco deixa de ser a racionalidade, embora valorizada ao extremo, afinal estamos no iluminismo. Sob a égide de justificar a tolerância como intrínseca ao ser humano, muda-se o viés, passa-se a pensar nos erros. Dialeticamente, porque somos falíveis é que devemos perdoar-nos uns aos outros. Essa guinada de perspectiva é fundamental para suportar a idéia de tolerância como lei primeira.

Finalmente, uma abordagem dialética da idéia de tolerância: “a tolerância é intolerante com a intolerância?”. Somos seduzidos a pensar nessa afirmação como uma espécie de tautologia, no entanto seria um erro crasso. Pensar a tolerância no campo político, religioso e jurídico, muito embora pareça limitá-la, na verdade normatiza-a. Essa espécie de normatização da tolerância (quanto ao que pode o Estado, o magistrado e a igreja) lança a luz às questões voltaireanas contidas no *Tratado*, especialmente no esforço do filósofo em perscrutar o passado, tendo-o como balizador de seu presente.

O presente trabalho dissertativo aborda uma questão latente que não cala no coração do homem, desde que esse passou a ter consciência de si mesmo. Portanto, se a liberdade pode religar o homem à verdade, talvez Vitor Hugo esteja certo: “a tolerância é a melhor das religiões”.

Cap. 1 TOLERÂNCIA: EXEMPLOS CONSTATÁVEIS

“A primeira lei da natureza é a tolerância, já que temos uma porção de erros e fraquezas.”

Voltaire

A palavra tolerância provém do latim *tolerantia*, que, por sua vez, etimologicamente, procede de *tolero*: significa suportar um peso ou a constância em suportar algo. Assim, é possível entender a afirmação de Humberto Giannini no ensaio intitulado “Acolher a estranheza”⁹ quando afirma que tolerante é aquele que tenta entender as opiniões dos outros. Pode a tolerância também ser entendida como algo em caráter de permissividade por parte das autoridades diante de atitudes sociais impróprias ou erradas. Nos dias atuais, pode ser considerada uma virtude e se apresenta como algo positivo, ou seja, uma atitude social ou individual que nos leva, não somente a reconhecer nos demais o direito a ter opiniões diferentes sobre os mais diversos assuntos, mas também o de difundir e manifestar essas mesmas opiniões de forma pública ou privada.

Tolerância é uma das tantas virtudes, necessárias para elevar o ser humano à condição de civilidade. Ela faz parte do processo de desenvolvimento ético de indivíduos e grupos, cuja meta é levá-los a manter a ‘disposição firme e constante para praticar o bem’. Implica em dois sentidos. ‘Ser virtuoso’, tanto pode ser um sujeito com disposição de praticar o bem, como também pode ser ‘toda pessoa que domina em alto grau a técnica de uma arte’.¹⁰

Analisando a definição acima com atenção, somos levados a refletir que tolerância está diretamente ligada à idéia de virtude¹¹, ou seja, à condição de civilidade. Sua ação visa, portanto, a disposição firme para a prática do bem, assim, não seria completamente incoerente concluir que se pode tratar também de algo voltado ao princípio de liberdade religiosa. Pode-se compreender, nesse sentido, a tolerância como uma proposta de coexistência pacífica entre credos distintos. No

⁹ GIANINNI, Humberto. Acolher a Estranheza. In: SABEL, Claude (Org.). *A tolerância: por um humanismo herético*. Porto Alegre: L&PM, 1993, p. 15. Tradução: Paulo Neves.

¹⁰ HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001, p. 2730.

¹¹ O termo está posto no sentido de designar uma capacidade do homem no domínio moral, no sentido de um hábito ou disposição racional para a realização determinada atividade.

entanto, abordar a questão da tolerância “apenas” pelo viés religioso é reduzir as possibilidades de se ter uma visão mais ampla sobre o termo, e assim, equivocadamente, tratá-lo apenas sob um enfoque.

Vejamos, portanto, dois enfoques da palavra tolerância que, com certeza, permearão a presente dissertação:

Norma ou princípio de liberdade religiosa [...] entendida como coexistência pacífica entre várias confissões religiosas, sendo hoje entendida, em sentido ainda mais geral, como coexistência pacífica de todas as possíveis atitudes religiosas.¹²

Ou,

Também é entendida em sentido mais amplo, abrangendo qualquer forma de liberdade, seja moral, política ou social. Assim entendida significa pluralismo de valores, de grupos e de interesses na sociedade contemporânea.¹³

Nas duas definições, pode-se compreender a possibilidade veiculada pelo próprio Voltaire em seu célebre *Tratado sobre a Tolerância*, de cultivar a mesma no seio da sociedade não apenas como liberdade religiosa, mas fundamentalmente, como condição de sua própria existência, em especial, se observada na sociedade francesa do século XVIII.

Entende-se que todo o esforço de Voltaire se dá não apenas no sentido da liberdade de culto e crença, mas que tal liberdade seja uma espécie de porta de entrada para ideia de tolerância que se expande para outros setores da sociedade, a saber, o econômico e o político.¹⁴

Sendo assim, conforme indicado na introdução deste trabalho, a visão da tolerância em Voltaire norteará as principais considerações sobre o tema, sendo que, a exemplo do que fez o autor, ainda que de forma desconexa, atentar-se-á para a história como uma forma de refletir sobre o presente.

¹² ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 961.

¹³ *Ibid.*, p. 962.

¹⁴ Não entendemos o *Tratado sobre a Tolerância* um livro tão somente pautado na liberdade religiosa, como já dissemos, tal liberdade é o que no entendimento de Voltaire flexibiliza o caráter social, político e econômico que dependem diretamente de uma prática da tolerância

1.1 Grécia: educação e respeito basilar

Vamos ao “berço” da civilização ocidental, a saber, os gregos, na tentativa de elucidar a importância do convívio harmonioso entre “os diferentes”, com credos diferentes. Procedemos da mesma forma que Voltaire nos capítulos iniciais do *Tratado sobre a Tolerância*.

Na antiga Grécia não estavam dissociados os conceitos de educação e tolerância; valores espirituais constituíam os pilares da sociedade grega. Werner Jaeger, em sua obra *“Paidéia”*, ao descrever a estrutura da educação grega, aborda uma questão fundamental, que, em nosso entendimento, deve ser ressaltada.

[A educação] reveste, em parte, a forma de mandamentos, como: honrar os Deuses, honrar pai e mãe e respeitar os estrangeiros; consiste por outro lado numa série de preceitos sobre moralidade externa e em regras de prudência para a vida.¹⁵

Quanto aos Deuses e à família, podemos considerar que se trata de uma atitude previsível e observável na maioria dos núcleos sociais, mas o último aspecto chama mais ainda a atenção; respeitar os estrangeiros. A razão da atenção especial a este quesito da formação grega se dá fundamentalmente pela necessidade que tinham em reconhecer a importância do outro em sua sociedade, assimilando as diferenças e tratando-as com equilíbrio.

Estes aspectos foram compreendidos como mandamentos e transmitidos, por meio da oralidade, de pai para filho, ao longo dos tempos, porém, dada a importância de tais valores para o desenvolvimento da sociedade, estes não se restringiram apenas à transmissão de valores, numa espécie de tradição. Werner Jaeger sugere que o processo foi mais além, ou seja, estes valores que eram difundidos oralmente e praticados quase que como uma tradição, foram incorporados à lei escrita dos Estados gregos:

Os preceitos elementares do procedimento correto para com os Deuses, pais e estranhos, foram mais tarde incorporados à lei escrita dos Estados gregos, na qual não se fazia distinção fundamental entre a moral e o direito.¹⁶

¹⁵ JAEGER, W. *Paidéia*. São Paulo: Martins Fontes, 1995, p. 23.

¹⁶ *Ibid.*, p. 23.

Oficializar os valores da família e de seus próprios Deuses como pilares que sustentam sua sociedade é compreensível, mas acoplar a esta lei o respeito que se deve ter aos estrangeiros é, sem dúvida, demonstração de uma inclinação clara à tolerância. Respeitar os estrangeiros pode ser compreendido também como respeitar suas crenças, bem como seus costumes. Sob o ponto de vista comercial, isto é verificável especialmente se for levado em consideração o fato de que os gregos sempre foram bons comerciantes e as articulações comerciais com outros povos eram fundamentais para a manutenção e o desenvolvimento de sua sociedade. Já sob o ponto de vista religioso, nota-se que o povo grego era politeísta, fato que auxiliava significativamente na compreensão de crenças alheias.

Depreende-se disso que, a exemplo do que já foi tratado aqui, educação e tolerância não estavam dissociadas, aliás, na narrativa de Jaeger percebe-se que a tolerância emanava da educação, principalmente no que se refere ao caso dos gregos:

A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna e desenvolvimento espiritual; e, uma vez que o desenvolvimento social depende da consciência dos valores que regem a vida humana, a história da educação está essencialmente condicionada pela transformação dos valores válidos para cada sociedade.¹⁷

A partir dessa citação, podemos então compreender a razão pela qual, especialmente na antiga Grécia, pouco era enfatizado o uso do conceito de tolerância. As questões que poderiam sugerir a necessidade de se ter tolerância eram tratadas, na verdade, na esfera da educação, ou seja, tratava-se, portanto, de uma questão de educação; numa espécie de hierarquia de valores, a educação abarcava questões que não necessitavam de se enveredar pela esfera da tolerância.

Não se quer dizer com isso que apenas o olhar mais atento para o quesito de educação na antiga Grécia pode nos proporcionar a resposta para a existência ou não da tolerância, mas acreditamos que esta questão seja um fator a ser considerado em todo o processo descrito acima. Como nos assegura Werner Jaeger, “A educação participa na vida e no crescimento da sociedade, tanto no seu destino exterior como na sua estruturação interna”¹⁸.

¹⁷ JAEGER, 1995, p. 4.

¹⁸ Ibid., p. 23.

Ora, se a sociedade na Grécia antiga define para si o valor do respeito aos estrangeiros, e não apenas o define como tradição, ainda que incorporando tal valor à sua estrutura legal, não parece leviano afirmar que a tolerância entre os gregos se alicerçava na educação. Dessa maneira, não era necessário falar em tolerância, afinal havia valores que se antecipavam à necessidade de se “recorrer” ou clamar por tolerância, como se a própria tolerância não fosse “natural”. Leia-se a tolerância, em chave voltaireana, como natural, exatamente como propõe a epígrafe que abre este capítulo. Voltaire entende que o fato da natureza humana ser imprecisa e vulnerável às paixões ressalta, cada vez mais, a necessidade de tolerância, no entanto, não se trata de uma necessidade consciente, a tolerância a qual se refere nosso pensador é visceral, atávica, como condição de funcionamento da própria vida humana.

A história nos mostra algumas razões preponderantes para que houvesse uma espécie de ruptura entre o pensamento mítico e o pensamento racional (ou filosófico), razões estas que, obviamente, contribuíram muito para a concepção grega de educação. Poderíamos aqui citar brevemente a invenção do calendário ou da moeda, mas prioritariamente a formatação da Polis. Os antigos gregos denominavam de *thauma* a capacidade que o homem possuía de espantar-se diante da dúvida e da possibilidade do saber e é justamente essa capacidade de espanto e a busca de explicações para os fenômenos da natureza que, de certa forma, contribuíram para o fortalecimento do pensamento racional. Tais razões podem auxiliar na compreensão desse respeito grego em relação aos estrangeiros, abordada anteriormente.

Destaca-se a relação que os gregos passaram a ter com a natureza, especialmente quando a dúvida acerca da origem das coisas e do mundo passou a ocupar lugar de destaque nos questionamentos cotidianos. Há uma espécie de laicização do mundo necessária para o surgimento do pensamento racional.

Sustenta Chatelet:

Incontestavelmente a concepção grega do homem e do mundo foi-se progressivamente secularizando ou laicizando e o universo dos Deuses foi-se esbatendo a pouco e pouco diante das ações dos homens. Enquanto, nos séculos que se convencionou a chamar homéricos, a narrativa se organiza à volta das personagens divinas, ficando as personagens humanas reduzidas elas próprias a essências, de acordo com um estatuto de quase dependência, na

época clássica, o homem, como cidadão-guerreiro, que fala e que luta aparece como parte integrante do seu destino.¹⁹

e com a *pólis*:

Em suma [...] estamos em progresso. Lentamente, as luzes instalam-se. O local em que opera esta mutação é a Cidade [...] Atenas vai ser o local de uma evolução considerada, mais tarde como exemplar. A partir daí é satisfatório o esquema de evolução: a conquista política do estatuto cívico – da ordem da cidadania, na qual o destino de cada um é definido não pela sua proximidade com os Deuses [...] mas pela sua relação com o princípio abstracto que é a lei.²⁰

A cidade, portanto, sugere expansão e desenvolvimento, novas possibilidades de comércio e crescimento social. Estes fatores fazem pensar que, sem respeito aos estrangeiros não haveria, por exemplo, a possibilidade de alargar as fronteiras comerciais e intensificar as trocas. Se a educação estava voltada para o desenvolvimento social, tolerar “o novo” era fundamental para este desenvolvimento entre os gregos, inclusive econômico.

Essa visão ampla à qual nos referimos e que passa a ser marca do espírito grego, altera a relação do homem com a natureza e a cidade, mas também altera fortemente o contexto das questões religiosas. Referiu-se aqui, especialmente, ao que se passou a chamar de “desencantamento do mundo”²¹, que deu ao homem uma nova responsabilidade, a saber, a de conduzir seu destino de forma ética sem, até então, ajuda necessária dos Deuses. No entanto, era considerada uma atitude normal ao estrangeiro²² venerar os Deuses da cidade que o abrigara, sem necessariamente abrir mão de sua crença original. Soldados prostravam-se diante dos Deuses de seus oponentes em orações antes das guerras. A religião era fator agregador seja na guerra ou mesmo na tomada da cidade e era em torno dela que os homens se reuniam e clamavam por melhor sorte. Dificilmente poderá se encontrar, na Antiguidade, um povo que cerceasse a liberdade de culto, mesmo

¹⁹ CHATELET, F. *História da Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995, p. 18.

²⁰ *Ibid.*, p. 19

²¹ Usou-se tal terminologia para determinar a ruptura entre o mito e a razão; este desencantamento do mundo é fundamental para uma reflexão sobre a responsabilidade moral e ética que recobria o homem a partir desta ruptura. Entende-se este desencantamento como uma forma mais branda de se preocupar com a dita religião, ou seja, o foco é puramente social e político.

²² Pensamos que a tolerância com o estrangeiro e a tolerância religiosa são uma única e mesma coisa, ou seja, entender como um dos pilares da sociedade grega o respeito aos estrangeiros, e entender também o respeito a religião e ao culto desses mesmos estrangeiros, podendo ser visto também segundo já exposto em Jaeger como demonstração de educação.

reconhecendo que havia sempre um Deus majoritário. Esse fato não impedia a presença de divindades menores.

Esta passagem é apontada pelo próprio Voltaire no *Tratado*:

Quando uma cidade era cercada, fazia-se um sacrifício aos Deuses da cidade para torná-los favoráveis. Assim, no meio da guerra, a religião reunia os homens e abrandava às vezes seus furores, ainda que eventualmente lhes inspirasse ações desumanas e horríveis. Posso estar enganado, mas parece-me que, de todos os antigos povos civilizados, nenhum impediu a liberdade de pensar. Todos tinham uma religião; mas creio que procediam com os homens da mesma forma que com os Deuses: reconheciam todos um Deus Supremo, mas associavam-lhe uma quantidade prodigiosa de divindades inferiores; tinham apenas um culto, mas permitiam grandes quantidades de sistemas particulares.²³

Essa espécie de complacência não era admirável apenas entre o povo grego. Estendendo esse mesmo olhar para outros povos, por exemplo, os romanos, como proposto a seguir, não é de se espantar com a constatação de que os procedimentos e a maneira de pensar a tolerância eram similares.

1.2 Roma: o nascimento da tolerância hodierna

Voltaire, com muita propriedade, envereda-se pela análise dos procedimentos dos romanos e encontra diversos exemplos que podem ilustrar também outra idéia da tolerância. Tais colocações estão contidas em seu *Tratado*. Segundo o pensador francês, “não houve um homem em todo o império, desde sua fundação até a solidificação do cristianismo, que tivesse sido perseguido por conta de suas opiniões religiosas”.²⁴

Na verdade, era invejável a lógica do pensamento romano, inclusive o pensamento que era legitimado pelo próprio senado, a saber, “compete apenas aos Deuses as ofensas feitas aos Deuses”²⁵. Se na Grécia o respeito ao culto foi inserido na constituição legal da sociedade, e tal contribuição fora fundamental para o desenvolvimento social e político, os romanos pensam em algo similar, porém com

²³ VOLTAIRE. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da Morte de Jean Calas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 35-36. Tradução: Paulo Neves.

²⁴ *Ibid.*, p. 39.

²⁵ *Ibid.*, p. 40.

foco puramente religioso. Ao que nos parece, os romanos deixavam as injúrias, as blasfêmias sujeitas à sua própria sorte. Muito embora não professassem da mesma fé, ou rendessem os mesmos cultos, permitiam todos; permitiram até que um templo de um Deus egípcio fosse erguido em solo romano. Entenda-se essa permissão como uma concessão pública, segundo o que nos diz Voltaire:

Os romanos não professavam todos os cultos, não davam a todos a sanção pública; mas permitiram todos [...]. A lei das doze tábuas, limitou-se a só conceder culto público às divindades superiores aprovadas pelo senado.²⁶

Dessa forma, segundo Voltaire, observa-se que, tanto na esfera política e social, quanto na esfera religiosa, a tolerância era tão atrelada às práticas cotidianas e à maneira de se viver, que poderia até não ser percebida; de forma que em nenhum momento foi necessário, ao povo romano, fazer-se advertência quanto à sua utilização ou prática. Sua implementação parecia vir no bojo da própria educação e no sentido da consciência da necessidade política e social da presença do outro e do desenvolvimento da sociedade. Em termos de religião, essa relação se fez ainda tão mais presente, que os antigos não compreendiam como crenças distintas poderiam não conviver harmoniosamente.

Voltaire continua a refletir se o povo romano foi de fato tolerante. Voltaire nos convida a pensar em Cícero e Sêneca e suas relações com o inferno e a vida *post mortem*, respectivamente. O primeiro acreditava ser o inferno algo tão improvável que nem mesmo um velho imbecil lhe poderia acreditar, e o outro defendia que após a morte não restava nada, aliás, até mesmo a morte era nada segundo Sêneca. A tolerância dos romanos não permitia sequer um pequeno murmúrio frente a afirmações como essas, afinal, segundo Voltaire “o espírito de intolerância deve ser apoiado em razões muito más, já que por toda parte busca os menores pretextos.”²⁷

Admiravelmente para Voltaire, egípcios e judeus erguiam templos e até comerciavam em Roma, provando a vocação tolerante da até então capital do mundo. Outra vocação latente do povo romano, o direito, contribuía para a complexa idéia da tolerância romana. O caso do apóstolo Paulo, citado por Voltaire, retrata muito bem as leis que, de tão sagradas, excediam qualquer possibilidade de injustiça. Enquanto os judeus clamavam pela morte do apóstolo, o tribunal envolto na luz da razão, à propósito, a mesma razão a qual os ilustrados acreditavam ser o

²⁶ VOLTAIRE, 2000b, p. 40.

²⁷ Ibid., p. 86.

remédio para os males da intolerância, respondia: “Não é costume dos romanos que quem quer que seja, sem que o acusado tenha presentes os seus acusadores, possa defender-se da acusação.”²⁸

Avaliando, ainda que superficialmente, as querelas que marcaram a história da religião cristã, percebemos que os romanos, exercendo seu papel de “gestores” dos territórios conquistados, tinham como prerrogativa manter a ordem social. Essa ordem social era frequentemente quebrada pelo ódio alimentado pelos judeus para com os novos cristãos. Os romanos viam de forma jocosa o “triunfo” de Jesus como o “rei dos judeus”. Nem mesmo a idéia de que haveria apenas um único Deus e que ele, Jesus, era seu filho, deixavam os romanos perturbados com tal questão.

Basta então refletir o seguinte: havia uma convivência harmoniosa entre os romanos e os judeus? Se sim, o que desestabilizou tal convivência? Tais questões podem ser respondidas e melhor avaliadas, em especial, após o fortalecimento da ideia do messias e das “boas novas” que este trazia para o então povo de Deus. Voltaire admite que houve mártires cristãos, mas levanta a possibilidade de que não tenham sido erigidos por meio de perseguições.

Posteriormente houve mártires cristãos. É bem difícil saber com precisão por que razões esses mártires foram condenados; mas ousa pensar que, sob os primeiros Césares, nenhum o foi simplesmente por sua religião. Todas eram toleradas; como poderiam visar e perseguir homens obscuros, que tinham um culto particular, num tempo em que todos os outros eram permitidos?²⁹

Não é o objeto desse estudo apontar a diversidade de seitas e cultos que foram praticadas na Roma antiga e quantos líderes religiosos podem ter surgido dessas religiões. No entanto, cabe a reflexão quanto aos motivos da perseguição apenas aos cristãos, que por mais que as sagradas escrituras tentem mostrar o contrário, sabe-se, principalmente com apoios nas reflexões voltaireanas, eram vistos todos como um bando de subversivos. Talvez a questão não fosse religiosa, como aponta Voltaire na interpretação que elabora sobre a figura de Jesus: “Jesus é evidentemente um camponês grosseiro da Judéia, mais esperto, sem dúvida, que a

²⁸ VOLTAIRE, 2000b, p. 41

²⁹ Ibid., p. 45.

maioria dos habitantes do seu cântico. Sem saber, ao que tudo indica, nem ler nem escrever.”³⁰

Havia um panorama supostamente tranquilo pairando entre Roma e tantos outros que professavam fé distintas. Percebe-se isso nas palavras do filósofo francês quando este aponta para o crescimento do cristianismo e a tolerância clara por parte dos imperadores romanos que possuíam outras preocupações, ficando a religião como algo tão secundário que não parecia valer a pena ater-se a “querelas” que ela deixava pelo caminho:

Não é verossímil que alguma vez tenha havido uma inquisição contra os cristãos sob os imperadores, isto é, que tenham vindo interrogá-los sobre suas crenças. Sobre essa questão, nem judeus, nem sírios, nem egípcios, nem bardos, nem druidas, nem filósofos foram jamais perturbados.³¹

Segundo o referido apontamento, a questão conduz à seguinte ideia: ao que tudo indica, os cristãos não compactuavam com os costumes da cidade e fundamentalmente com os costumes voltados para os Deuses da cidade. Dessa forma, não se curvavam a tais costumes sob a égide da fidelidade ao seu Deus, que era único e que não tolerava, em hipótese alguma, a subserviência a Ele e a outro Deus qualquer. Enquanto os outros “povos” se ajustavam aos ‘novos’ costumes, ainda que não fosse para eles nada além de pura formalidade, ou tolerância – é possível compreender assim. O povo cristão entendia tais atitudes como um ato de infidelidade. Desta feita, foram sim perseguidos, não pela sua crença, mas pela inflexibilidade quanto a tolerar a crença do outro.

Ainda que não seja o objetivo deste trabalho, far-se-á um pequeno esforço em estender o olhar para as querelas que deveriam ter sido resolvidas pelos comandantes dos exércitos romanos no oriente médio. A própria punição atribuída ao homem que se autointitulava “rei dos judeus”, foi, sem sombra de dúvidas, motivada pelos judeus contra os novos subversivos, a saber, os cristãos. Queremos dizer com isso que não houve, por parte dos romanos, nenhuma insurgência contra os cristãos, pelo contrário. A questão, para os romanos, mostrava-se tão confusa que, de fato, as mãos foram lavadas.³²

³⁰ VOLTAIRE, *O túmulo do fanatismo*. São Paulo Martins Fontes, 2006, p. 51. Tradução: Claudia Berlinerç e Marcia Valeria Martinez de Aguiar.

³¹ *Ibid.*, p. 47.

³² Referimo-nos aqui ao célebre gesto de Pôncio Pilatos, prefeito da província romana da Judéia.

Voltaire assegura, portanto, que o grande problema dos cristãos estava dentro dos próprios pilares do cristianismo, ou seja, a impossibilidade de servidão a dois senhores ao que o filósofo chama de “tolices” e que, de certa forma, caracteriza uma natureza humana, como podemos ler em um texto intitulado “Deus e os homens”: “os homens são tolos, ingratos, invejosos, ávidos do bem alheio, abusam de sua superioridade quando são fortes, e velhacos quando são fracos”³³

E é com base nessa afirmação que reforça-se aquilo que pensava o filósofo francês, quanto a entender o processo que acentuava a intolerância religiosa, especialmente no que diz respeito ao fortalecimento do cristianismo. Diz, categoricamente, Voltaire sobre a história de Jesus:

Só um fanático ou um velhaco tolo seria capaz de dizer que nunca se deve examinar a história de Jesus com as luzes da razão. Com que se julgará um livro, qualquer que seja? Por meio da loucura? Coloque-me, aqui, no lugar de um cidadão da Roma antiga que lesse as histórias de Jesus pela primeira vez.³⁴

Referimo-nos justamente a isso, ou seja, não havia como não tolerar algo que não se compreendia com clareza. Dessa forma, é possível entender que o foco da intolerância pode ter partido do núcleo da própria religião que, praticada pelos judeus, vê-se afrontada, não por questões externas a ela, mas fundamentalmente por ideias que partiam de seu cerne.

Pensemos, como um exemplo simples, em um lugar especial para a história da humanidade. Reportaremos-nos então a Alexandria, local em que os cultos eram livres e que o pensamento racional também o era.

Em Alexandria conviviam harmoniosamente adeptos de três religiões, a saber, cristãos, judeus e pagãos. Estes últimos; adoravam Deuses antigos do Egito, como Osíris e Horus.

A Igreja, dando seus primeiros passos, usufruía de uma liberdade religiosa, especialmente alcançada após séculos de perseguição e massacres por parte de governantes pagãos. O Cristianismo crescia, de forma considerável, em poder e fundamentalmente em número de adeptos, o que configurava que, por trás de um aparente clima de tolerância religiosa, Alexandria respirava tensão. Por um lado, os pagãos perdiam seus privilégios, e por outro, os cristãos não toleravam mais a

³³ VOLTAIRE. *Deus e os homens: nossos crimes e nossas tolices*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000, p. 1. Tradução Eduardo Brandão.

³⁴ *Ibid.*, p. 109.

discriminação. Em contrapartida, a comunidade judaica, há séculos constituída na cidade, era grande o suficiente para não querer ser incomodada. Neste cenário tenso e com possibilidade de conflito iminente, surgiu um personagem de extrema relevância para o pensamento ocidental vitimada pela intolerância: trata-se de Hipátia, a pensadora de Alexandria. Hipátia nasceu em Alexandria por volta do ano 370 d.C.. Era filha de Theon, filósofo, matemático e astrônomo, diretor do Museu de Alexandria; Hipátia cresceu em um ambiente extremamente cultural e foi guiada por seu próprio pai nos estudos de Filosofia e Matemática. Ainda muito jovem, Hipátia viajou a Atenas para complementar seus estudos. Ficou conhecida na Grécia como “A Filósofa”, já demonstrando precocemente sua profunda sabedoria.

Em Atenas tornou-se discípula de Plutarco e ministrava ensinamentos Neoplatônicos. Ao retornar à sua pátria, foi convidada para assumir uma cadeira na Academia de Alexandria como professora. Por volta dos 30 anos, tornou-se diretora da Academia. Seus conhecimentos abrangiam a Filosofia, a Matemática, Astronomia, Religião, poesia e artes. Era versada em oratória e retórica. Escreveu diversos livros e *Tratados* sobre álgebra e aritmética. Seu interesse por mecânica e tecnologia a levaram a conceber instrumentos utilizados na Física e na Astronomia, como o astrolábio plano, o planisfério e um hidrômetro. Infelizmente suas obras se foram durante o incêndio que destruiu a Biblioteca de Alexandria.

Hipátia foi, sem dúvida, uma grande mulher; sua defesa fervorosa ao livre pensamento, seus ensinamentos Neoplatônicos e sua observação de que o universo era regido por leis da matemática caracterizaram-na como herege em um momento onde o Cristianismo triunfava sobre o Paganismo. Enquanto Orestes, um ex-aluno, fora prefeito da cidade, sua vida estivera protegida. Mas quando Cirilo tornou-se bispo de Alexandria, determinado a destruir todo o movimento pagão, sua morte foi anunciada.

A filósofa Hipátia beirou a obsessão em sua busca por respostas. Cumpria seu destino de refletir sobre o movimento dos corpos celestes e principalmente do movimento da terra em relação ao sol. No entanto, uma espécie de “fanatismo” religioso acabou por acarretar derramamento de sangue, supostamente, em nome de Deus.

Perseguida por suas convicções científicas e por tudo o que sofreu, a vida de Hipátia é um dos marcos relevantes no que diz respeito à intolerância religiosa.

Entende-se o fortalecimento do cristianismo como um ponto crucial para esta intolerância. O que era harmonioso, ou pelo menos permitido em Alexandria, caiu por terra em função do fanatismo cristão. Inicialmente, os pagãos foram “desafiados” e, opondo seu Deus aos antigos Deuses egípcios, os cristãos intolerantes passaram a não mais admitir cultos a tais Deuses. O conflito se fez inevitável, uma vez que a máxima cristã de adoração a um único Deus passou a ser, muito mais de que apenas respeitada, praticada às últimas consequências. Logicamente, a política não se apartou desse processo. A luta pelo poder travestida por palavras sagradas teve papel preponderante na consecução dos objetivos cristãos. Os pagãos e os judeus não foram poupados do jugo cristão, muito menos os adeptos e simpatizantes da ciência.

Em uma tarde de 415 d.C., retornando a sua casa, Hipátia foi abordada por uma turba de cristãos furiosos que a arrancaram de sua carruagem, arrastaram-na para uma igreja e lá rasgaram-lhe as roupas, deixando-a completamente nua, retalhando-lhe seu corpo e esfolando-lhe a carne, utilizando, para isso, cascas de ostras afiadas. Por fim, desmembraram-lhe o corpo e atiraram os pedaços às chamas. Morria com ela toda uma era de liberdade e florescimento filosófico e cultural em Alexandria e, certamente, para todos que viviam sobre a espada afiada da nova religião, parecia a evolução das ciências.

Hipátia representava, ao mesmo tempo, ameaça às verdades religiosas e a incongruência de um mundo comandado e guiado por homens de poder. Numa época em que as mulheres procriavam e obedeciam, ela ousou escapar da escuridão da ignorância.

Cap 2 - Um acercamento do *Tratado sobre a Tolerância*

No intuito de aprofundar as reflexões quanto à obra de Voltaire, gostaríamos de partir da seguinte afirmação: “É preciso frisar, em primeiro lugar, que o poder estabelecido desde o início, lhe é hostil.”³⁵. Possivelmente tal afirmação possa reforçar ainda mais a necessidade que o Príncipe das luzes possuía em abordar com frequência o tema da tolerância. Não se pode esquecer que Voltaire foi, muitas vezes, perseguido e preso, chegando inclusive a ocupar a célebre prisão francesa da Bastilha, chegando, em outras vezes, a fugir de seu próprio país.

Podemos compreender esse tempo do filósofo francês, seus questionamentos e o reflexo de suas ideias observando, por exemplo, um texto de Voltaire intitulado *O filósofo ignorante*. Nele, o pensador ressalta o fato de que o homem não pode perder a capacidade de se deslumbrar com o conhecimento. Este sentimento de perplexidade diante das descobertas pode ser observado pela seguinte passagem: “Lanço olhares espantados sobre tudo o que me cerca, procuro quem é meu autor, e quem é o autor desta máquina imensa, da qual sou apenas uma peça imperceptível”³⁶

Esta colocação do personagem principal do conto encerra o próprio ideal ilustrado, ou seja, a busca incessante do conhecimento e principalmente a não submissão às explicações infundadas e sem sentido, exatamente como nos ilustra Maria das Graças de Souza do Nascimento: “na verdade, nas mãos de Voltaire, a Bíblia fica parecendo uma antologia de anedotas.”³⁷

Enveredemo-nos por esse tempo; o tempo em que Voltaire tentou destruir “certezas”, quase de forma niilista. Destruição e reconstrução, Voltaire entendia que havia como reconstruir e recuperar o tempo em que o homem teria andado em círculos, fazendo menção não apenas aos grilhões que prendiam o homem à visão teocêntrica da Idade Média, mas também a todo o processo teocrático que impediu avanços consideráveis retomados apenas às portas do Iluminismo. Claramente, a prática da tolerância delineou-se como atributo fundamental para essa reconstrução,

³⁵ NASCIMENTO, Maria das Graças S. do. *Voltaire: a razão militante*. São Paulo: Moderna, 1996, p. 5.

³⁶ VOLTAIRE. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p. 21. Trad. João Lopes Alves. Textos: *Cartas Inglesas; Tratado de Metafísica; Dicionário Filosófico; O Filósofo Ignorante*.

³⁷ NASCIMENTO, op. cit., p. 22.

um atributo que poderia tornar os homens melhores. Em uma de suas célebres obras “O Túmulo do Fanatismo”, o pensador francês abre o prefácio com a seguinte colocação: “A ambição de dominar os espíritos é uma das mais fortes paixões. Um teólogo, um missionário, um partidarista quer conquistar como um príncipe; e há mais seitas no mundo que soberanias”³⁸

A tolerância pode ser pensada também à luz da intolerância, ou seja, a existência de uma pressupõe a da outra. Uma sociedade, a exemplo do que já foi referido a respeito dos gregos antigos, que aceita o que é diferente, não necessita do esforço para o uso prático do termo ‘tolerância’ para si.

O contraste que o fanatismo proporcionava e a verdade que toda essa “infâmia”, como denominava Voltaire, trazia às luzes eram, verdadeiramente, um grande incômodo ao pensador. Há quem defenda que Voltaire desejava realmente substituir uma crença por outra: “O objetivo da filosofia de Voltaire (...) era fundar um novo credo. Desejava substituir a religião cristã pela crença humanista do Iluminismo”³⁹

A necessidade da tolerância é premente. Sem ela, o objetivo voltaireano ficaria, sem dúvida, pelo caminho.

2.1 Voltaire, a Filosofia Ilustrada e a necessidade da tolerância

Iniciando uma análise relativa à época de Voltaire, reportar-se-á, agora, a uma fase específica, com acontecimentos que motivaram o pensador francês a desenvolver toda a crítica que fez em seu tempo. O Iluminismo teve aspectos profundamente singulares, a saber:

O Iluminismo foi, entre outras coisas, a matriz do pensamento liberal. Recolhendo a herança do século anterior, O Iluminismo cria ou reelabora temas que constituiriam depois a base teórica do liberalismo. Basta citar o exemplo da doutrina da Tolerância, com Voltaire.⁴⁰

³⁸ VOLTAIRE, 2006, p. 5.

³⁹ GRAY, J. *Voltaire*. São Paulo: UNESP, 1999, p. 7. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. Coleção Grandes Filósofos.

⁴⁰ ROUANET, 2005, p. 200

Porque estivesse trilhando caminhos do Iluminismo, a Europa, nos séculos XVII e XVIII, tornou-se palco de batalhas sangrentas e perseguições originadas pela Reforma que a religião Católica trouxe aos seus seguidores.

Não há dúvidas de que tais acontecimentos motivaram profundamente nosso pensador a fazer da pena, cada vez mais, uma eficaz arma contra a ausência do bom senso e da criticidade. No bojo do inconformismo, com a estupidez do fanatismo e dos duelos incansáveis em nome de um Deus, Voltaire ampliou suas reflexões, trazendo à luz o *Tratado sobre a Tolerância*. Obviamente que o acontecimento primordial da obra é o caso Calas, que fez surgir uma crítica ácida dirigida à religião dos homens com raízes especialmente francesas. Nessa luta, que tinha como objetivo fazer com que seu interlocutor pudesse entender e se compadecer contra o fanatismo religioso, diz Voltaire:

limitemo-nos aqui às guerras e aos horrores que as querelas da Reforma suscitaram e vejamos qual foi sua origem na França. Talvez um quadro resumido e fiel de tantas calamidades abra os olhos de algumas pessoas pouco instruídas e sensibilize os corações bem-feitos.⁴¹

Voltaremos de forma atenta ao *Tratado* mais adiante; para o momento, urge pautar que, para Voltaire, o conhecimento jamais se daria por meio de confrontos propiciados pelo fanatismo. Sua época foi marcada pela convicção de que: “através dos livros, destruidores da superstição e do fanatismo, as sociedades serão mais virtuosas. Sentirão que a paz é fruto da tolerância”.⁴²

Devido à profunda miséria e, por conseqüência, a um déficit cultural e intelectual do povo, Voltaire tinha consciência de em qual público fruiriam suas obras. Essa precariedade intelectual era advinda da segregação que a nobreza e o clero haviam destinado ao povo; dessa forma, compreende-se o fato de sua escrita ser de cunho apelativo, afinal, somente dessa forma, apelativamente, seria possível alterar posições consolidadas pelas religiões, que impunham o terror a quem tentasse se insurgir contra seus dogmas.

O século XVIII, embora possuísse condições “racionais” para um salto qualitativo nas reflexões dos mais distintos campos do saber, enfrentou, de forma conflituosa, as relações entre a filosofia, a política e a religião, especialmente quanto aos princípios da religião Católica, institucionalizados fortemente na baixa Idade

⁴¹ VOLTAIRE, 2000b, p. 16.

⁴² NASCIMENTO, 1996, p. 34.

Média, chegando a se solidificar apenas no Renascimento. A secularização da razão⁴³ se mostrou um baluarte para os representantes do Iluminismo, que bradavam uma liberdade civil como única fonte de sobrevivência diante da nova forma do “pensar racional”, cuja gestação era feita de forma sistemática, como por exemplo, nos escritos do próprio Voltaire, e há muito alardeado nas mais diferentes instâncias da sociedade.

Na França do século XVIII, tornavam-se cada vez mais comuns os conflitos e guerras entre religiosos católicos e protestantes, sendo esses conhecidos como huguenotes. No entanto, as batalhas religiosas datam de muito antes da era iluminista, mais precisamente, já eram registradas desde o início do século XIV, período em que os primeiros protestantes chegaram a solo francês.

Para que se esboce a realidade vivenciada nesse período, sugere-se abordar o edito de Saint-Germain⁴⁴ que, gerando o direito de culto aos protestantes, fez com que os ânimos desses se abrandassem, implementado com o intuito de se evitarem novos enfrentamentos.

Mesmo com todo o empenho dos governantes, não foi possível evitar uma das maiores vergonhas francesas, a saber, a conhecida noite “Noite de São Bartolomeu”⁴⁵. Exatamente em 1572, houve um verdadeiro massacre de protestantes, fato este que pôs fim à trégua “superficial” entre as diferentes designações religiosas.

Não obstante, novamente outro edito⁴⁶ fora proclamado. O novo documento tinha como objetivo favorecer e defender os protestantes, a liberdade militar, política e principalmente de culto. Entre diversas “idas e vindas” políticas, todas marcadas pela intolerância extrema, decidiu-se revogar este último edito em favor dos

⁴³ Hannah Arendt atenta que o Iluminismo estava circunscrito em uma época que idealizava a laicização da sociedade no Ocidente, questionando a submissão dos indivíduos à preceitos religiosos em nome do poder divino. “O problema não era negar a existência de Deus, mas descobrir, no domínio secular, um significado independente e imanente, que nem mesmo Deus pudesse alterar” (ARENDR, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972, p. 104)

⁴⁴ Datado de 1570, o qual conferia direito de culto aos protestantes em duas localidades nos subúrbios de Paris e controle militar sobre quatro cidades.

⁴⁵ 1572.24 de agosto: Noite de São Bartolomeu. Por ordem do rei Carlos IX, encorajado por sua Catarina de Médicis, massacre dos protestantes em Paris e nas províncias”. (VOLTAIRE, 2000b, p. XXXIII)

⁴⁶ 1598.13 de abril: Henrique IV põe fim às guerras de religião pelo edito de Nantes. A liberdade de culto é garantida aos protestantes sob certas condições. (VOLTAIRE, 2000b, p. XXXIII)

protestantes, que passaram a ser perseguidos, sendo-lhes negados os direitos políticos e militares, permitindo apenas a liberdade de culto.

O “golpe de misericórdia” foi dado por Luís XIV que, agravando profundamente a situação, decidiu retirar os poucos direitos que restavam, proibindo, particularmente, a liberdade religiosa dos protestantes, o que resultou na evasão desses da França.⁴⁷

As guerras religiosas, obviamente ocorridas devido às diferentes crenças defendidas ferrenhamente por seus praticantes, acabaram, por meio de disputas como essas recém ilustradas, no derramamento de sangue de diversos inocentes. Todo esse processo deixou ao legado intelectual uma enorme interrogação: quão inocentes e, na mesma medida, quão algozes seriam esses religiosos que se embatiam? Tal discussão não interessou a Voltaire, uma vez que seus escritos foram confeccionados de forma pontual, com a intenção clara de somente demonstrar, historicamente, o que corroboraria seu pensar, sendo que no *Tratado sobre a Tolerância*, por muitas vezes, o papel da Igreja Católica se alternava entre ser uma instituição fanática assassina ou assumir-se como uma vítima indefesa em relação aos protestantes.

Esse panorama de agitação aguçava ainda mais o filósofo francês, pois se tornou de extrema relevância, não apenas para Voltaire, mas para todos os ilustrados, o fato de que não há sentido algum no sofrimento e na morte, quando se discute a melhor forma de render culto e graças a um determinado Deus.

Impor a outrem como ler a Bíblia ou como interpretá-la eram atos de uma intolerância bestial. Combater as imposições se fez premente em sua visão.

2.2 A Tolerância: essa “lei” necessitava de um *Tratado*

Embora o objetivo da presente dissertação seja discutir a tolerância como um apanágio da humanidade no capítulo final, as discussões que antecediam o *Tratado* pareciam avisar aos interlocutores sobre a extrema importância de tudo o que ainda

⁴⁷1685.18 de outubro: revogação do edito de Nantes por Luís XIV. A religião reformada é proibida no reino da França. Os protestantes convertidos à força são tidos como ‘novos católicos’. (VOLTAIRE, 2000b, p. XXXIII)

viria pela frente. Ao reputar a tolerância como uma espécie de lei da natureza – aspecto que trataremos mais à frente – Voltaire pareceu preparar o terreno para um texto mais denso e de repercussão muito mais ampla.

Mesmo assim, em sua obra “Cartas Inglesas”, Voltaire discorreu acerca da ciência, da filosofia e do comércio. Na Décima Carta, intitulada Sobre o Comércio, o autor traça uma linha que liga a liberdade inglesa ao sucesso no comércio destes, inclusive a recíproca de que com o advento da liberdade inglesa, esta proporcionara a riqueza do comércio, assim “a grandeza do Estado veio como consequência”⁴⁸.

O comércio, para Voltaire, funcionaria como um mecanismo cosmopolita que interligaria povos difundindo opiniões, costumes, cultura e diversidade religiosa. Concomitantemente haveria uma coexistência pacífica entre povos negociantes, com negociações sem barreiras. Não haveria, assim, que se falar em intolerância entre países que comerciavam livremente.

O escritor francês Pierre Lepape escreveu que Voltaire percebera o “atraso” na França por culpa do comércio, devido à parca intensidade de trocas mercantis. Segundo o escritor, tais trocas estariam intrinsecamente ligadas às trocas intelectuais prejudicadas pelo fanatismo:

Voltaire estabeleceu explicitamente a ligação entre as duas. Um povo que negociava muito viajava muito, ia ao encontro de outros costumes, outras religiões, outras maneiras de viver e pensar, e tinha de assimilá-los. Essa abertura para o mundo ensinava o valor da tolerância, que, por sua vez, permitia melhor circulação de idéias entre os cidadãos.⁴⁹

No *Tratado* sobre a Tolerância, Voltaire se atentou para o terror que o fanatismo religioso empregara, bem como para o atraso dos países que deixaram esse mal adentrar em suas fronteiras, fazendo um comparativo com o tempo em que cessaram os horrores

o furor que inspiram o espírito dogmático e o abuso da religião cristã mal compreendida derramou sangue, produziu desastres tanto na Alemanha, na Inglaterra e mesmo na Holanda, como na França. Hoje, no entanto, a diferença das religiões não causa nenhum problema nesses Estados.⁵⁰

⁴⁸ VOLTAIRE. *Cartas inglesas*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 16. Tradução: Marilena Chauí. Coleção Os Pensadores.

⁴⁹ LEPAPE, Pierre. *Voltaire: Nascimento dos intelectuais no século das luzes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995, p. 79. Tradução: Mário Pontes.

⁵⁰ VOLTAIRE, 2000b, p. 22.

Assim concluiu que, a partir da tolerância entre os povos, todos se beneficiariam inclusive em questões econômicas, corroborando com o exemplo, inclusive, de uma província da França “opulenta em que o luteranismo prevalece sobre o catolicismo”⁵¹.

Voltaire não era um defensor ferrenho do materialismo, nem mesmo um ateu ou um ascético, mas por meio de seu pensamento, contribuiu para que a sociedade entendesse que os abusos cometidos tanto pelo clero católico, como por protestantes, jansenistas e tantos outros intolerantes em nome da religião não cabiam mais em um tempo em que a “aurora da razão” já brandia. A laicização do Estado era uma realidade escancarada.

A posição, tanto de Voltaire como de todos os iluministas no que se refere à religião natural, bem como a emancipação do homem, poderiam ser encaradas como um disparate ante a bandeira de universalidade tão bradada, em função de esse movimento não ser possível, uma vez que somente poucos (principalmente os filósofos) poderiam atingir a “maioridade intelectual” de que a razão necessitava. A universalidade das relações entre os seres humanos, quer seja por razões econômicas ou por qualquer outra questão que o valha, encontrou amparo, também, na ideia de tolerância:

aquilo que não tem uma serventia universal, que não está ao alcance do comum dos homens, sendo compreendido apenas por uma minoria que exercitou mais do que os outros sua faculdade de pensar, não é necessário ao gênero humano.⁵²

Esta citação antecipa o terceiro capítulo, especialmente com relação às questões políticas e a necessidade da tolerância. A afirmação respalda a tolerância como uma lei universal, lei essa que poderá reger os homens em suas instâncias mais distintas, bem como em suas instituições mais complexas. No entanto, fica patente que o fanatismo é o grande vilão do desenvolvimento dessa espécie de cosmopolitismo inevitável no mundo moderno. Os muros levantados pelos dogmas e os costumes “absurdos” impostos pela religião simbolizam um entrave importante ao desenvolvimento do espírito humano. No entanto, não sejamos tão filosóficos, observemos a questão prática e deixemos de lado o discurso do espírito humano, para adotar, então, as questões relativas a um entrave nas relações comerciais,

⁵¹ VOLTAIRE, 2000b, p. 23.

⁵² VOLTAIRE. *O filósofo ignorante*. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1978, p. 313. Tradução: Marilena Chauí. Coleção Os Pensadores.

políticas e econômicas do indivíduo ilustrado, que despontava no horizonte da história. Acerca do fanatismo, Voltaire nos assegura:

sei com que furor o fanatismo se ergue contra a filosofia. Esta tem duas filhas que aquele desejaria aniquilar, como Calas: a Verdade e a Tolerância, enquanto a filosofia não deseja senão desarmar as filhas do fanatismo: a Mentira e a Perseguição.⁵³

A habilidade com as palavras lhe era peculiar e inegável. Dificilmente algum interlocutor passaria incólume diante das efusivas manifestações voltaireanas sobre a razão e, por conseqüência, sobre o que lhe validaria, a saber, a própria tolerância. Ao justificar seu texto, o pensador lança mão, de forma poética, agradável e extremamente acessível, a uma espécie de clamor aos que lhe liam, para que lhe permitissem que fosse ele o paladino dessa aventura, qual seja, de semear o grão de uma imensa e farta colheita em que o tempo, senhor das decisões e dono das mudanças, pudesse auxiliá-lo a espalhar a luz da razão que tudo deveria devassar, sem deixar nada desprovido de seu delicado toque:

Esse texto sobre a tolerância é uma petição que a humanidade apresenta muito humildemente ao poder e à prudência. Semeio um grão que algum dia poderá produzir uma grande colheita. Esperemos tudo do tempo, da bondade do rei, da sabedoria de seus ministros e do espírito de razão que começa a espalhar por toda parte sua luz.⁵⁴

Um *Tratado* para a tolerância era iminente: as luzes pediam esse feito. O projeto iluminista carecia de um subsídio forte que, junto com a autonomia e a liberdade, pudesse dar estatuto, ou seja, validar um período único na história da humanidade. No próximo capítulo, nos debruçaremos sobre uma das obras mais significativas do filósofo francês, o *Tratado sobre a Tolerância*, que insiste em ecoar, falando alto aos nossos corações até os dias de hoje, provando, de certa maneira, que o Homem é o mesmo: seus dilemas não mudaram e suas respostas, talvez, estejam tão mais próximas de nós mesmos quanto imaginamos.

⁵³ VOLTAIRE. *Seleções*. São Paulo: Victor Civita, 1952, p. 370. Tradução J. Brito Broca. Clássicos Jackson.

⁵⁴ VOLTAIRE, 2000b, p. 135-136.

2.3 Uma Abordagem da Tolerância no *Tratado*

O *Tratado* tem como impulso inicial o caso Jean Calas, 68 anos de idade, negociante em Toulouse na França, brutalmente assassinado em 09 de março de 1762. Tal infortúnio, para Voltaire, “é um dos mais singulares acontecimentos que merecem a atenção de nossa época e da posteridade.”⁵⁵. Esse flagrante de intolerância foi o ponto de partida para que o filósofo colocasse em prática um combate ao fanatismo religioso e à superstição. E assim, defendeu o respeito à pluralidade religiosa e a tolerância entre todas as suas crenças.

Voltaire encerra sua obra conclamando a universalidade de direitos por meio da tolerância universal lembrando que “possam todos os homens lembrar-se que são irmãos!”⁵⁶

O livro foi concebido em tamanho pequeno, provavelmente, no intuito de não só ser transportado com facilidade, mas, em uma eventualidade qualquer, poder ser escondido ou guardado sem levantar qualquer suspeita, uma vez que, na França, a polícia política era ostensiva. Voltaire, claramente, na pretensão de emocionar o leitor, acaba por instruí-lo por meio da reflexão crítica acerca dos sangrentos episódios motivados pelas perseguições religiosas, que se faziam latentes especialmente no século XVIII.

Como o fanatismo religioso estava há muito presente, principalmente na Europa, Voltaire, percebendo que tratar de todas as guerras ao longo dos séculos e por todos os continentes seria cansativo e pouco sedutor ao seu leitor, acabou por se ater, em seu *Tratado sobre a Tolerância*, ao que, de certa forma, possa ter originado a intolerância religiosa, que acabava por se deflagrar em vários âmbitos da sociedade.

Como já dissemos, o caso de Jean Calas foi preponderante para o desencadeamento da escrita “ativa” do Príncipe das Luzes no *Tratado sobre a Tolerância*. Se pensarmos na direção para a qual caminhavam a consciência crítica e nesse caso, fundamentalmente, as questões que permeavam os direitos dos cidadãos, contrariamente à direção que insistia em seguir a religião e seus fanáticos seguidores, compreenderemos a urgente pertinência da obra para sua época.

⁵⁵ VOLTAIRE, 2000b, p. 3.

⁵⁶ Ibid., p. 126.

Entendemos, assim, que a confecção do *Tratado* era quase inevitável, pois se percebe que dois “grupos” caminhavam em direções totalmente opostas. Enquanto os pensadores e os homens de espírito livre seguiam a senda do conhecimento, depurando toda e qualquer dúvida por meio de questionamentos sistemáticos, os religiosos, ou precisamente os cristãos, reafirmavam sua fé em um único Deus, fonte e destino de toda a “sabedoria”; um Deus inquestionável.

O *Traité sur la Tolérance*, mesmo com um nome que pode sugerir um certo rebuscamento, possui um estilo extremamente elaborado para “seduzir” o leitor que em tese não é simpatizante da leitura clássica⁵⁷. Desta forma, podemos assumir que os objetivos imediatos de Voltaire seriam, a saber, a reabilitação de Jean Calas e a melhoria dos direitos civis que se inscreviam numa luta bem mais ampla, qual seria, o advento da razão.

É possível afirmar então, que o *Tratado* foi um dos marcos que tentou lançar luz à visão limitada do cristianismo, como também foi um mecanismo útil para a transição da fase hostil religiosa em que se encontrava a França.

A obra analisada é dividida em capítulos “enxutos”. Nela, o autor lembra o caso ocorrido com a família Calas e o tem como mote para relatar a história oscilante da tolerância através dos séculos. Assim o texto acabou por conclamar um número considerável de leitores. A maestria da escrita do filósofo era tamanha, que seu opúsculo, em princípio, destinado ao vulgo, foi extremamente bem recebido pela nobreza, governantes e poderosos.

Os capítulos trazem uma abordagem sobre a natureza da tolerância e sua aplicação racional, iniciando com a descrição do infortúnio de Jean Calas, enfoque central da obra. Em resumo, o *Tratado* é uma espécie de investigação histórica sobre o uso da tolerância desde a Grécia, Roma e seguindo até a China, num exame que foca a possibilidade dos atos tolerantes persistirem ou não na humanidade.

Voltaire inicia o *Tratado* que, de certa forma, mudaria os princípios do pensamento ocidental sobre o conceito de tolerância, evocando o caso Callas como um dos mais singulares acontecimentos do nosso tempo e que, por isso, merecia

⁵⁷ Nesse aspecto, o *Traité de Voltaire* em nada se assemelha a obra do inglês *John Locke* intitulada *Lettre sur la tolérance*, escrita originalmente em latim aproximadamente mais de um século antes e claramente endereçada a um público mais seletivo, por que não dizer erudito.

uma atenção especial não apenas da nossa época como também de toda a posteridade.

No entanto, se pensarmos detidamente no caso Calas, por mais absurdo que tenha sido toda a trama à qual foi submetido o negociante de Toulouse e sua família, teria sido mais um caso de injustiça causado pela intolerância religiosa. Contudo, tal caso não poderia passar despercebido pela perspicácia do gênio de Voltaire, que compreendeu nele um *mote* perfeito para aprofundar uma discussão que urgia e não poderia esperar mais para se fazer presente.

Jean Calas exercia seu ofício há mais de quarenta anos, e era notoriamente conhecido como bom pai, tendo como religião, sua e de sua família, o protestantismo, o que o deixava, na época, exposto às “garras” do fanatismo. A única exceção religiosa que não seguia o protestantismo em família foi seu filho, Marc-Antoine, que “havia abjurado heresia”⁵⁸, o que ensejará o trágico deslinde familiar.

Em um jantar familiar, compareceu o amigo de Marc-Antoine, um jovem chamado Lavoisier. Jantaram nesse fatídico dia, além destes, o senhor e a senhora Calas e Pierre, irmão mais novo de Marc-Antoine. Ao término da refeição, Marc-Antoine desapareceu; foi encontrado por seu irmão Pierre e por seu amigo Lavoisier enforcado em uma porta. Suas vestes foram retiradas e deixadas dobradas perto de seu corpo que estava vestido de camisolão, não havendo sinais de ferimentos⁵⁹.

O povo formava, em torno do corpo e do fato, um cordão de curiosos. O falatório fazia nascer versões para a morte do jovem. A “versão oficial” estava montada: a família Calas, juntamente com o amigo Lavoisier, teriam matado Marc Antoine por ódio a Igreja Católica...

O Estado, sedento por uma resposta mais rápida de que qualquer justiça que devesse ser feita, prendeu a todos os “envolvidos no crime”. O clamor religioso tomou conta da cidade; as várias posições religiosas defenderam seus mártires e pecadores. O corpo de Marc-Antoine foi sepultado com honrarias religiosas, embora segundo os dogmas da Igreja católica, um suicida não merecesse tal pompa.

⁵⁸ VOLTAIRE, 2000b, p. 4.

⁵⁹ Em nota, Voltaire (2000b, p. 151) deixa claro que no jovem enforcado “não lhe encontraram, após o transporte do cadáver à câmara municipal, senão um pequeno arranhão na ponta do nariz, e uma pequena mancha no peito, causada por algum descuido no transporte do corpo”.

Voltaire relembra que era época de comemoração⁶⁰, e foi o que motivou a população de Tolouse a exigir, já de forma acalorada, o desfecho dessa faceta da história: “Preparava-se na cidade o aparato dessa solenidade, o que atiçava ainda mais a imaginação exaltada do povo; dizia-se publicamente que o cadafalso sobre o qual seriam supliciados os Calas seria o maior ornamento da festa; dizia-se que a própria Providência trazia essas vítimas para serem sacrificadas à nossa santa religião.”⁶¹

O que não causa horror no esquecimento das “baixas” em guerra é simplesmente o fato de que os combatentes, quando pegam em armas, já estão cientes da possibilidade da morte e do extermínio em mesma intensidade. Eis que assim, esse potencial mordaz escassa a compaixão recíproca, inclusive dos que são meros espectadores dos horrores da guerra.

Voltaire afirmou, em relação a esse caso, que “se um pai de família inocente é entregue às mãos do erro, da paixão, ou do fanatismo; se o acusado só tem como defesa sua virtude; se os árbitros de sua vida, ao decapitarem-no, apenas correm o risco de se enganar; se podem matar impunemente através de uma sentença, então o clamor público se levanta, cada um teme por si próprio, percebe-se que ninguém está seguro de sua vida diante de um tribunal erigido para zelar pela vida dos cidadãos, e todas as vozes se juntam para pedir vingança”⁶².

Nesse cenário, Jean Calas passaria por um célebre julgamento, cuja síntese foi pertinentemente relatada por Voltaire: “Entrou em ação uma máquina infernal que nada deterá mais. Em 9 de março, o tribunal criminal de Toulouse condena à morte Jean Calas. No dia seguinte, o condenado é, perante uma multidão reunida, executado pelo suplício da roda”⁶³

A execução sucedeu-se da seguinte forma: Calas foi amarrado em forma de cruz a uma roda e assim foi transportado por uma carroça até chegar a Igreja Saint-Etienne para então, pedir perdão a Deus. Imediatamente depois, levaram-no à praça Saint-Gorges para o que seria seu último interrogatório; uma multidão o acompanhava. Novamente de forma incansável indagaram-lhe se havia assassinado

⁶⁰ Acontecia todo ano em Tolouse uma procissão para homenagear a vitória dos católicos sobre os protestantes ocorrida em maio de 1562, onde para Voltaire, era celebrada a memória do massacre de quatro mil huguenotes, portanto 1762 era bicentenário dessa “comemoração”.

⁶¹ VOLTAIRE, 2000b, p. 8.

⁶² Ibid., p. 3-4.

⁶³ Ibid., p. XIII-XIV.

o filho e se tinha ainda alguma informação que pudesse colaborar com o caso. Curiosamente a seu lado, o padre Bourges aguardava pela esperada confissão e abjuração. Com golpes de uma barra de ferro, quebraram-lhe os braços e as pernas. O “réu” agoniza por volta de duas horas com a face voltada para o céu. Morto, foi estrangulado e jogado numa fogueira. O referido padre que o acompanhou até a morte declarou que Calas morreu protestante, afirmando inocência.

A verdade é que nada salvaria Calas da condenação, e assim o foi, por oito votos favoráveis contra cinco. O suplício da roda venceu, mesmo que para analisar o processo, os juízes “não tinham, não podiam ter nenhuma prova contra a família; mas a religião enganada fazia as vezes de prova”⁶⁴. E, ainda, o veredicto não fora unânime! “A fraqueza de nossa razão e a insuficiência de nossas leis se fazem sentir diariamente; mas em que ocasião percebe-se melhor sua miséria do que quando a preponderância de uma única voz condena ao suplício um cidadão? Eram necessárias, em Atenas, cinqüenta vozes além da metade para ousar-se pronunciar uma sentença de morte. Que resulta disso? O que sabemos muito inutilmente, é que os gregos eram mais sábios e mais humanos que nós.”⁶⁵

O impasse que experimentaram os juízes do caso era grande, afinal não havia provas, que no caso se resumiria a uma confissão de Calas. Diante disso, não foram capazes de dar prosseguimento, contra os demais familiares, ao processo que haviam iniciado.

Dessa forma, ficou resolvido que a esposa de Calas, Anne-Rose, seria então absolvida, não sem antes confiscarem-lhe os bens. Os demais envolvidos foram banidos, sendo que as filhas foram internadas em conventos. Tais medidas denotam claramente que agraciar os membros da família equivaleria a reconhecer um suposto erro judiciário: todos eram inocentes ou todos eram culpados.

Assim, após tomar conhecimento de todo o ocorrido, por meio de cartas endereçadas às diversas regiões da França e outras nações européias, Voltaire conseguiu o apoio à causa e por assim dizer, decidiu escrever o *Tratado sobre a Tolerância*, que fora enviado à Madame de Pompadour, aos ministros de Estado, ao rei da Prússia e a príncipes da Alemanha. Dessa forma, “perante a Europa das luzes”, Voltaire defendeu a causa dos Calas, saindo vitorioso, devido principalmente, a seu artifício de propagar a todos, os horrores cometidos na França em nome da fé.

⁶⁴ VOLTAIRE, 2000b, p. 8.

⁶⁵ Ibid., p. 9-10.

Com a repercussão de sua obra, garantia o autor, as mentes gradativamente se iluminariam.

Não se pode deixar de reconhecer que, até mesmo em um regime centralizador e intolerante como o da França no século XVIII, eram perceptíveis princípios básicos do Direito Romano, que existiam pelo menos em tese. No intuito de encarcerar e condenar um réu, o necessário eram provas válidas. O Parlamento de Toulouse, ao tomar para si a condução do litígio, cometeu um equívoco jurídico condenando Jean Calas com base apenas em indícios. Na verdade, a tese do suicídio apresentava alguns pontos extremamente discutíveis, a saber, a dificuldade da vítima em equilibrar a corda entre as duas folhas da porta. Devido à estatura de Marc-Antoine, seus pés quase podiam tocar o solo⁶⁶. O próprio René Pomeau não crê na suposta violência de Marc-Antoine contra si mesmo, classificando-a de “suicídio acrobático”⁶⁷. Toda essa demonstração de inabilidade no trato com a justiça levou Voltaire a assumir uma posição clara de defesa com relação a Calas e a asseverar que à justiça “cumpre punir, mas não às cegas. Punir, mas utilmente. Se a justiça é pintada com uma venda nos olhos, é *mister* que a razão seja seu guia”⁶⁸. Para Voltaire, o grande vilão dessa tragédia foi o fanatismo, essa “doença epidêmica”: uma espécie de furor que tinha o poder de hipnotizar os homens, cegando-lhes qualquer entendimento objetivo a ponto de levar-lhes a cometer atrocidades.

No *Tratado* é também apresentada a idéia de que, ao passo que as mentes se iluminavam (numa referência ao processo de conquista da razão no iluminismo), os abusos provenientes da então idade das “trevas” eram reconhecidos e desnudados; as queixas se faziam legítimas, ao passo que a razão elucidava tais abusos. Podemos entender que tal raciocínio faz referência às críticas quanto ao domínio e, porque não dizer, ao abuso papal.

Um exemplo marcante de tais abusos é fornecido pelo autor, quando, inicialmente, abordou a ação de Alexandre VI, que comprou publicamente seu título e, em conjunto com o cardeal duque de Bórgia, ampliou seus domínios territoriais banindo e exterminando nobres e senhores de terra. Com relação a Júlio II, não foi diferente. Banindo Luis XII, também ampliou seus domínios. Leão X, envolto em

⁶⁶ Nos referimos ao filho de Calas que supostamente foi enforcado pelo próprio pai.

⁶⁷ POMEAU, René. Nouveau regard sur l'affaire Calas. *Europe*, n. 398, p. 70, juin 1962.

⁶⁸ VOLTAIRE. *O preço da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2001, p. 15. Tradução de Ivone Castilho Benedetti.

prazeres e indulgências, praticou também o que Voltaire denomina de “atos de banditismo”.

Analisando as taxas (anatas) que foram pagas ao longo do domínio da santa sé, Voltaire alega que os heréticos, sob o ponto de vista político e econômico, em hipótese alguma, faziam mal ao reino, uma vez que, ao desejarem a abolição de tais encargos alimentavam, para a posteridade, a concepção de um reino mais forte economicamente. Observa-se, então, o retrocesso econômico sofrido durante todo o período de domínio da Igreja, como também a importância “renovada” da desvinculação dos poderes religiosos e estatais.

Obviamente, o resultado de tamanha subversão ao negarem os pagamentos relativos às indulgências foi a fogueira. O pensador francês elaborou uma descrição tratando dos requintes de crueldade com que estes hereges eram “sacrificados”, experimentando dor e morte que a mais atroz barbárie já havia presenciado.

A apresentação histórica de Voltaire avança numa clara descrição do rastro de morte e violência deixados pela crença e pela obediência cega que dominavam as mentes destes tempos. Eram chacinados povos seculares que nada faziam senão plantar e colher seu próprio alimento, por anos e anos desbravando desertos e vales, tornando produtiva uma terra selvagem; Voltaire perguntava-se: que tamanho mal haviam feito?

O príncipe das luzes chegou, então, à citação da noite de São Bartolomeu que, segundo ele, não conhece nos anais da barbárie tamanha crueldade e crime. Os apelos dos hereges que não eram atendidos geraram uma onda de violência na França sem precedentes, já que imitavam a crueldade de seus inimigos. Nenhuma guerra foi tão funesta como aquela no período de tanta mortandade na França.

No capítulo terceiro do *Tratado*, temos uma síntese, não apenas do capítulo, mas de uma reflexão constantemente presente em toda a obra: seria a liberdade de consciência, ou em outras palavras, o seguinte questionamento: seria a razão tão nociva a ponto de provocar tamanhos infortúnios à humanidade?

A questão que se coloca versa, basicamente, sobre o princípio de reciprocidade. A conjectura provocativa de Voltaire no início do *Tratado* deixa essa ideia bem clara: “Esse homens insurgiram-se quando lhes fiz o mal; portanto se insurgirão quando lhes fizer o bem”⁶⁹. A reflexão se dá quanto aos efeitos

⁶⁹ VOLTAIRE, 2000b, p. 26.

produzidos por boas ações e más ações. Há um simbólico convite para que se medite acerca dos reflexos provenientes da “doçura” e da crueldade numa linha temporal em que nem tudo se repete e os costumes e opiniões nem sempre são os mesmos.

Numa alusão clara aos huguenotes que, segundo Voltaire, deixaram-se manchar de sangue nas absurdas guerras religiosas contra os católicos em toda a França, reflete-se sobre a possibilidade de as novas gerações (a geração do século XVIII) não terem tido seu espírito conduzido de maneira mais mansa por serem “filhas” do processo de amadurecimento e progresso da razão e alerta para a mudança de face por qual passou a Europa após meados do século XVIII.

Voltaire verifica que os governos se fortaleceram na medida em que os costumes se abrandaram e que os tempos que mudam solicitam também mudanças significativas. Citando a passagem da Sorbonne que outrora solicitou a pena da fogueira à Donzela de Orleans, Voltaire reconhece que seria insensato olhar para as instituições “hoje” com os olhos dos tempos de “frenesi” das mortes absurdas. Em resumo, a idéia posta aqui é a de que o furor da vingança jamais poderá repousar no contexto histórico, ou como o próprio filósofo esclarece “outros tempos, outros cuidados”⁷⁰.

Voltaire reconhece que, mesmo com as interpretações mal fundamentadas e o abuso das questões mais dogmáticas que fizeram derramar sangue por quase todos os países europeus, essa mesma Europa do final do século XVIII não seria vítima de tamanhos absurdos, pois os mais diferentes credos pareciam conviver em plena harmonia desde o judeu até o luterano mais fervoroso. Estes passaram então a contribuir para o crescimento e o bem da sociedade.,

Descrevendo as mais impensadas atrocidades feitas pelo fanatismo religioso por todo o território europeu, em tom quase de alívio, Voltaire concluiu que com a filosofia (entenda-se o processo de aquisição e apropriação da razão pelo homem), a mão dos torturadores e executores foi desarmada e como se saísse de uma embriaguez profunda o espírito humano, obtendo a luz do entendimento. Conseguiu, finalmente, reconhecer os excessos aos quais o fanatismo o havia levado.

⁷⁰ VOLTAIRE, 2000b, p. 22.

“Buscai não perturbar os corações, e todos os corações estarão a vosso dispor”⁷¹, esta colocação sintetiza a importância da tolerância, e não apenas isso, mas também a sua importância política.

Ao explorar a sociedade europeia de seu tempo, Voltaire exalta a capacidade dos bispos franceses ao admitirem a presença de calvinistas em sua diocese e fazendo justiça aos seus espíritos livres. Ressalta a nobreza dos atos por estes praticados.

Na brilhante citação do bispo de Vermie, podemos compreender a exaltação anteriormente referida por Voltaire. Ao ser indagado quanto à pertinência da crença de seus auxiliares, a saber, um feitor anabatista e um coletor de impostos sociniano, o Bispo, diz Voltaire, é categórico argumentando que se a crença de seus auxiliares não é pertinente, isso deve ser resolvido no outro mundo, pois neste mundo tais auxiliares lhe são muito caros. Somente o uso simples e eficaz da razão em conjunto com a tolerância poderia surtir tamanho efeito.

Saindo da Europa, Voltaire buscou exemplos similares ao redor do mundo e conseguiu, com eficácia, ilustrar seu intento em provar que a tolerância é um bem importante. Dos exemplos citados pelo filósofo, destacamos o do imperador da China. Possivelmente uma passagem significativa das ponderações de Voltaire quanto à natureza das intolerâncias cultivadas pelos corações cristãos esteja posta na explanação acerca do que ocorreu com o sábio imperador chinês Yung-Ching: “É verdade que o grande imperador [...] expulsou os jesuítas; mas não porque fosse intolerante, e sim porque os jesuítas; ao contrário o eram”⁷².

Essa passagem parece indicar algo de extrema relevância: a questão da intolerância parece então ser unilateral. Antes de relatar o ocorrido na China, o filósofo estende o olhar para além da Europa, contempla Constantinopla, Índia e Pérsia e constata que os governantes, homens de Estado e mesmo líderes religiosos, eram complacentes com o credo dos povos que lhes estavam subjugados, ou até mesmo com os que dividiam o espaço de convivência na cidade, o que é bem mais admirável.

O exemplo da China nos parece categórico. Embora sobre o crivo do ateísmo, a nação chinesa ainda era a mais respeitada do oriente; sua “religião” consistia na

⁷¹ VOLTAIRE, 2000b, p. 27.

⁷² Ibid., p. 25.

moral, exatamente como a de Platão, dos romanos ou dos filósofos posteriores a Aristóteles. Vale ressaltar, como nos diz Voltaire:

O imperador Chinês nunca pagou argumentadores para saber se uma criança é condenada à danação quando morre antes de lhe terem soprado na boca; se uma terceira pessoa é feita ou gerada, ou procedente; se ela procede de uma primeira pessoa, ou da segunda, ou de todas as duas ao mesmo tempo, se uma pessoa dessas possui duas naturezas ou uma só; se tem uma ou duas vontades; se a mãe de uma dessas pessoas é maculada ou imaculada. Eles não conhecem nem consubstancialidade, nem transubstanciação. Os quarenta parlamentos chineses que governam todo o império nada sabem de todas essas coisas, logo, são ateus! É assim que sempre se argumentou entre os cristãos. Quando vão se pôr a raciocinar?⁷³

A passagem da China ressaltaria, ainda mais, quão exemplar foi a demonstração de tolerância exercida pelo imperador:

O imperador, portanto, não fez mais que mandar de volta perturbadores estrangeiros. Mas com que bondade os mandou de volta! Que cuidados paternos dispensou-lhes para a viagem e para impedir que os insultassem no caminho! O próprio banimento deles foi um exemplo de tolerância e de humanidade.⁷⁴

O caso japonês também foi citado, no entanto não teve o mesmo sucesso pelo qual passou o imperador da China. Não por conta dos japoneses, mas única e exclusivamente pela falta de tolerância dos próprios cristãos. Com doze crenças vivendo harmoniosamente, o território japonês acolheu mais uma: a dos jesuítas. Ponto final na paz. Intolerantes, tentaram dizimar as demais crenças causando uma verdadeira guerra, fazendo com que os japoneses fechassem seu país e passassem a nos ver, nós ocidentais, como bestas ferozes.

Em resumo, o filósofo concluiu: “Assim, nosso continente inteiro prova-nos que não se deve anunciar nem exercer a intolerância”⁷⁵

Ao ampliar suas idéias no *Tratado*, Voltaire conclama os homens sensatos para que, lendo seus escritos e iluminados pelo espírito da razão, reflitam sobre a seguinte questão: qual o risco que corremos ao termos a terra bem cuidada, os tributos aumentados, enfim, a economia crescendo, o Estado florescendo e por consequência o bem estar ampliando-se ainda mais? Qual governante não desejaria tal cenário?

⁷³ VOLTAIRE, 2000b, p. 11

⁷⁴ Ibid., p. 26.

⁷⁵ Ibid., p. 27.

Como admitir a tolerância, como fazer dela instrumento de ordem civil? Num tom quase maquiaveliano, Voltaire reconhece a benéfica função do sincretismo:

Quanto mais seitas houver, tanto menos perigosa cada uma será; a multiplicidade as enfraquece; todas são reprimidas por justas leis que proibem as assembléias tumultuosas, as injúrias, as sedições e que estão sempre em vigor pela força coativa.⁷⁶

Há, segundo o filósofo francês, uma certa efemeridade nos distintos credos e nas seitas, de maneira que a estupidez e a irracionalidade neles contidas, após atingirem seu “pico”, largam ao risível seus fiéis seguidores. Da mesma forma que a doutrina aristotélica possuiu sua hegemonia, assim também o foi a demência de se querer excomungar os insetos nocivos às colheitas. Quem em sã consciência admitiria tamanha irracionalidade?

O grande meio de diminuir o número de maníacos [...] é submeter essa doença do espírito ao regime da razão, que esclarece lenta, mas infalivelmente, os homens. Essa razão é suave, humana, inspira a indulgência, abafa a discórdia, fortalece a virtude, torna agradável a obediência às leis, mais ainda do que a força é capaz.⁷⁷

O que está apresentado em especial, aqui, é a reflexão de que quanto mais avança o processo racional, tão mais se torna ridículo o que foi deixado para trás. Na verdade, o simples fato dos ditos religiosos discordarem do nome de seu todo poderoso e da maneira de adorá-lo, pode ser compreendido como um elemento ridículo ou risível, que faz refletir acerca da necessidade de desconsiderar a religião como fator preponderante em detrimento de outros. A clareza da razão descortinando as risíveis querelas religiosas é o maior trunfo em favor da tolerância e dos povos. Segundo o filósofo, não mais se permite que sejam postas em prática sanções que não passem pelo exame reto da razão:

[...] como a verdade se estabelece melhor às vezes por seu contrário que diretamente, se mostrarmos em poucas palavras a injustiça e as seqüelas funestas da intolerância, teremos provado a justiça e a necessidade da virtude que lhe é oposta.⁷⁸

Voltaire envereda pela questão do direito natural e o coloca de maneira simples, ou seja, algo comum que a natureza prescreve a todos os homens. Pode-

⁷⁶ VOLTAIRE, 2000b, p. 29

⁷⁷ Ibid., p. 30.

⁷⁸ TORRES FILHO, 2004, p. 73.

se entender essa idéia de direito natural no mesmo sentido que defendia Grócio⁷⁹, quando asseverava que o poder e a força não criam direitos.

Respeito, os frutos da terra e o cumprimento dos deveres e direitos são os aspectos observados pelo pensador francês. Numa espécie de resgate ao que já se tinha debatido ao longo da história da humanidade e que, recentemente no século XVII, com Hobbes, havia feito voltar à tona, surge novamente a ideia do princípio natural, a saber, “não faças aos outros o que não consideras razoável que o outro te faça”⁸⁰. Princípio simples, norteador de diversas teorias. Este é o alicerce, por exemplo, para continuarmos na esfera iluminista, do imperativo categórico kantiano que, em linhas gerais, solicita ao espírito humano que observe em sua ação, individual e particular, uma ação que possa extrapolar o universo privado e que possa servir também de regulador e norteador das ações mais universais.

Baseado nesse princípio, Voltaire reflete acerca da impossibilidade racional de criar uma espécie de imperativo que determine o seguinte: “Crê, ou te abomino; crê, ou te farei todo mal que puder; monstro, não tens a minha religião, logo não tens religião alguma: cumpre que sejas odiado por teus vizinhos, tua cidade, tua província”.⁸¹

Concluindo essa passagem, ressalta o filósofo que, se assim, nesses termos, funcionasse a espécie humana, não restaria pedra sobre pedra; intolerância é sinônimo de destruição, não a destruição prevista pela natureza, similar a dos animais que atacam para saciar a fome, mas a uma destruição artificial pautada pelo extermínio por parágrafos, peculiaridade esta exclusiva da espécie humana⁸².

Como já referido no capítulo I deste trabalho, no intuito de justificar a fundamental presença da tolerância para o desenvolvimento racional da humanidade, recorrendo à história, Voltaire examina a passagem de Sócrates. O filósofo francês reconhece que aquele foi o único morto por suas ideias e que o

⁷⁹ Considerado o precursor, junto com Francisco de Vitória, do Direito internacional, baseando-se no Direito natural. Foi também filósofo, dramaturgo, poeta e um grande nome da apologética cristã. Era filho de Jan de Groot, curador da Universidade de Leida. Sua obra mais conhecida é *De iure belli ac pacis* (Das leis de guerra e paz, 1625), no qual aparece o conceito de *guerra justa* e do Direito Natural.

⁸⁰ HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Abril, 1979. Cap. XXVI – Das leis civis. Coleção Os Pensadores, p. 97

⁸¹ VOLTAIRE, 2000b, p. 33.

⁸² Referimo-nos aqui a seguinte citação contida no *Tratado sobre a tolerância: a propósito da Morte de Jean Calas*, p. 34, a saber, “O direito da intolerância e, pois absurdo e bárbaro; e o direito dos tigres, e bem mais horrível, pois os tigres só atacam para comer, enquanto nos exterminamo-nos por parágrafos”.

exemplo dos seus juízes não pode ser pano de fundo para os amantes da intolerância. Devemos observar que o processo socrático é mais político que o fruto de uma intolerância. Voltaire relembra o empreendimento socrático na constatação da ignorância de homens tidos como importantes na sociedade e a própria admissão de ser ele, Sócrates, o homem mais sábio de Atenas.

Por mais racionais que tenham sido os gregos, Voltaire aponta para uma deficiência clara no processo de condenação de Sócrates: não nos restou, se é que um dia existiram, provas e fatos circunstanciados que pudessem garantir a culpabilidade do réu.

No objetivo de pontuar o que se deve entender por intolerância religiosa e processo político, Voltaire aponta para um crítico que havia escrito algo sobre a noite de São Bartolomeu, num texto escrito por este descrevendo a guerra dos fócios, ou a guerra sagrada, como se tivesse sido provocada por crença qualquer. Depurando qualquer possibilidade de engano, conclui o filósofo: “feixes de trigo não são um símbolo de crença”.⁸³

Quanto ao exame dos romanos, o qual também já elaborou-se aqui, vale a pena ressaltar que as citações de Cícero e Lucrécio servem de exemplo de opiniões extremamente divergentes, tanto entre um pensador e outro, como entre os pensamentos de ambos com relação às crenças dos romanos em geral. O filósofo tenta deixar clara a permissividade dos romanos na exposição das opiniões acerca das mais diversas crenças, ou até mesmo na ausência delas.

Assim, percebe-se no texto de Voltaire, que o impasse não estava entre cristãos e romanos, mas sim entre judeus e cristãos. No entanto, salienta-se que cristãos e os judeus, para os romanos, assemelhavam-se de tal forma, que as narrativas históricas não faziam acepção alguma quanto às diferenças entre ambos.

Novamente refletimos que, em suma, a flexibilidade dos romanos não sugere, em momento algum, tipo algum de intolerância.

Inevitável pensar que houve um número razoável de mártires cristãos. Provavelmente, o motivo para esse fato não tenha sido especificamente a questão religiosa. Não se pode esquecer que, na época em questão, todos os cultos eram permitidos.

⁸³ VOLTAIRE, 2000b, p. 37.

Voltaire apresenta uma espécie de enigma que segue a seguinte lógica: partindo do pressuposto que havia em Roma uma gama enorme de credos com seus mistérios, critérios e doutrinas, qual seria o motivo real de apenas os cristãos terem sido perseguidos? Com certeza, como já afirmado, possivelmente não tenha sido um motivo religioso, uma vez que até cultos a Deuses egípcios eram praticados. Aparentemente a questão se alicerça mais na postura, no comportamento “radical” dos cristãos, Voltaire cita como exemplo a passagem de São Lourenço que doou aos pobres o dinheiro que lhe foi confiado por homens poderosos de Roma, assim sendo torturado e morto. Não podemos aceitar que a questão tenha sido religiosa, mas sim política. Parece não haver, entre os cristãos, uma concepção de flexibilidade com relação às leis que devam seguir, talvez por suas leis entrarem em choque constante com as diretrizes do Estado e sua administração.

Outro caso emblemático apresentado pelo filósofo é o de São Polieuto que, entrando em um templo resolveu escarnecer dos fiéis e quebrar suas imagens. A pergunta feita por Voltaire é: em qual país do mundo isso seria tolerado?

Os exemplos seguem no sentido de evidenciar o problema dos mártires; Convém apresentar algumas reflexões, uma vez que os exemplos parecem apontar sempre na mesma direção:

Os cristãos produziram inicialmente a transmutação das leis divinas para a terra. Assim criou-se uma espécie de Estado Cristão, ou seja, diretrizes extremamente conflitantes com o Estado que imperava, a saber, o Estado Romano que, por sua vez, por mais imperativo que fosse tinha um outro foco. A religião para os romanos era mais um aspecto dentre tantos outros que compunham o Estado. A ordem não poderia ser abalada em hipótese alguma. Conforme a narrativa de Voltaire, os demais credos não ofereciam essa espécie de ameaça ao *status quo* dos romanos. As demais crenças reservavam-se ao seu espaço de culto e eram mais divididas, mais fragmentadas, contrariamente ao cristianismo, que se agrupava, se unificava e ia ganhando um vulto inapelavelmente político, daí provavelmente a perseguição, segundo Voltaire.

Numa segunda etapa de reflexão sobre o processo histórico da tolerância, o filósofo expõe diversos “fatos” questionáveis, todos relacionados às torturas e martírios vividos por determinados cristãos. Aqui, verificamos aquilo que a própria história nos reserva de mais crítico, a saber, o ponto de vista sobre o acontecimento,

dando, de certa forma, espaço para o surgimento de fábulas e por consequência os mártires.

Para Voltaire, não há nexos algum nas lendas e nas fábulas sobre grandes perseguições a cristãos, em especial no império romano. As descrições sobre tais histórias parecem não obedecer a uma lógica regular no procedimento dos romanos em adotar a lei ou em executar uma determinada punição.

Os exemplos construídos por Voltaire parecem atingir seu ápice, pois após as explanações sobre as divagações feitas ao longo da história sobre a criação de mártires, o filósofo descortina uma opinião velada em cada exemplo desde os primeiros capítulos:

nós cristãos é que fomos perseguidores, carrascos, assassinos! E de quem? De nossos irmãos. Nós é que destruimos cidades, com o crucifixo ou a bíblia na mão, e não cessamos de derramar sangue e de acender fogueiras, desde os tempos de Constantino até os furores dos canibais que habitavam as cavernas, furores que, graças a Deus, não mais subsistem hoje.⁸⁴

Posteriormente a isso, Voltaire deflagra uma crítica feroz à sociedade francesa, em especial de Paris, por não se envolver com as questões que se desenvolvem no campo ou no estrangeiro. Pelo que coloca o filósofo, a França parece caminhar a curtos passos em direção à modernidade. Expõe isso de maneira clara comparando o atraso em utilizarem-se dos benefícios da teoria de Newton, do desenvolvimento da agricultura; isso fez com que o filósofo se perguntasse, em especial comparando a França com outras nações, quando os franceses utilizariam corretamente os princípios da humanidade.

Todas essas histórias fantasiosas e mentirosas, segundo Voltaire, contribuíram para a própria destruição daquilo que se queria salvar, a saber, a própria religião.

Os homens de espírito fraco, ou confiaram cegamente nessas histórias e se entregaram ao erro e ao engano, chafurdando-se cada vez mais na lama produzida para a manutenção das crenças, ou, apartaram-se de vez de todo e qualquer processo religioso, tornando-se descrentes pelo fato de se sentirem manipulados e enganados por homens sem escrúpulos. Perde-se, nesse último exemplo, o freio moral que o bom processo religioso estabelece. Dessa forma, Voltaire concluiu que

⁸⁴ VOLTAIRE, 2000b, p. 58.

o homem ou raciocina pela metade, ou trafega por extremos que não o levam as reflexões corretas.

Contrariamente ao que se pode pensar, Voltaire apresenta uma contra argumentação para aqueles que creem no fato de todos esses eventos terem acontecido, logo, Deus não existiria, afinal, qual Deus poderia permitir tamanhas atrocidades? Concluiu o filósofo:

existe um Deus que, após esta vida passageira, na qual o desconhecemos tanto, e cometemos tantos crimes em seu nome, dignar-se-á a consolar-nos de tão horríveis infortúnios: pois, considerando as guerras de religião, os quarenta cismas dos papas, quase todos sangrentos; as imposturas, quase todas funestas; os ódios irreconciliáveis acesos pelas diferentes opiniões; considerando todos os males que o falso zelo produziu, os homens há muito têm tido o seu inferno nessa vida.⁸⁵

Quanto à ordem política propriamente dita, Voltaire assevera que a crença deva ser permitida, mesmo que tal “razão” seja enganosa. No entanto, a ordem deve ser sempre preservada, pois não se trata de acreditar ou não, mas sim de obedecer, ou melhor, de respeitar os costumes da pátria.

Mesmo argumentando que pode ser a Igreja católica a “única” obra de Deus (o que seria uma possibilidade de analisá-la com distinção), não se pode querer que essa obra sobreviva pelo ódio, furores, torturas ou crimes.

O filósofo defende a idéia da sustentação da Igreja pelo próprio Deus, ou seja, reflete sobre as próprias esferas de atuação de cada um, até mesmo deste Deus, pois seria um contrasenso que tal religião fosse mantida por carrascos, uma vez que em seu seio a diretriz se baliza pelo amor e a paciência.

A questão do direito está sempre presente no sentido de que não se pode querer dar tratamento de forma desigual a alguém pela religião (especialmente a cristã), uma vez que ela tem o poder de unir o Monarca ao mendigo. Contudo, não se deixa de observar que a questão política e, fundamentalmente do direito de poder (no caso dos reis), não prevê tal fundamento.

A passagem de Henrique IV e o cardeal Duperron é categórica. Em resumo, não se pode dever obediência a um rei por ser este sagrado, ou melhor, consagrado, mas sim pelo direito que este possui a ascender ao trono, merecedor pela coragem, bondade (caso de Henrique IV) ou mesmo pelo sangue, o que era

⁸⁵ VOLTAIRE, 2000b, p. 61.

comum e mais frequente. A relação estabelecida por Voltaire quanto à obediência respalda a própria ideia de ordem, ou seja, ninguém pode ter seu direito usurpado por questões ligadas à religião.

Se passássemos a observar a obediência cega, seria o caos, pois se a intolerância diz que a “única” Igreja é a católica, portanto a única, também, a manter vínculo com o Senhor, todos os outros sendo extirpados, os extirpadores seriam glorificados, promovendo assim matanças como a própria noite de São Bartolomeu; finaliza o filósofo: “estranhos títulos, esses, para a glória eterna.”⁸⁶

O filósofo enumera uma série de costumes, desde os sacrifícios até a forma pela qual e o que se deve comer. Reflete se realmente há algum fundamento nesses costumes a ponto de se perder a vida por eles; ao que tudo indica, questiona a validade destes costumes e sua legitimidade como “divinos”.

Essa pequena apresentação se dá por uma questão que o norteia, a saber, o que era a intolerância entre os judeus.

Tecendo uma crítica aos que interpretam o pentateuco, Voltaire assevera que havia liberdade entre os judeus e que outros Deuses eram venerados sem maiores problemas. Grandes figuras do antigo testamento erigiam imagens e figuras divinas e seguiam reinandos, inclusive sob a aprovação do próprio Deus. Os reis judeus, segundo o filósofo, sempre se mataram e causaram mortandade entre seus súditos, no entanto, nunca por motivos religiosos, mas sempre embasados, sobretudo, em questões relativas ao poder. Voltaire defendeu a ideia (por meio de suas próprias escrituras) de que havia sim tolerância entre judeus e que os sacrifícios e costumes eram comuns, sem possuírem a conotação que leva os homens (hoje) a se destruírem uns aos outros.

De forma sazonal, os judeus idolatravam Deuses distintos, ora por conquistas em batalhas, ora por afeição a Deuses estrangeiros. No entanto, não há relatos de juízes ou magistrados que tenham promovido carnificina por conta destes “desvios” de fé para com o Deus de Israel.

Voltaire assegurara que tanto com Moisés quanto com os juízes e reis é possível constatar exemplos de tolerância.

O filósofo enfatiza que os castigos divinos apresentados por Moisés eram sempre voltados ao corpo, chagas, doenças e que outras infelicidades eram tidas

⁸⁶ VOLTAIRE, 2000b, p. 67

como punição. Fundamentalmente, essas punições eram proporcionadas pelo próprio Deus. Não era necessário um grupo de homens para fazer valer tais castigos e, curiosamente, não havia a concepção de uma punição eterna ou uma salvação futura. Tudo era imediato: se Deus se alegrava de seu povo, recompensava-o, se não, punia-os prontamente. Não havia, portanto, a ideia de imortalidade da alma, fato que muda por completo a figuração das questão.

Voltaire diz:

em uma palavra, se quisermos examinar mais de perto o judaísmo, ficaremos espantados de encontrar a maior tolerância em meio aos horrores mais bárbaros. É uma contradição, é verdade; mas quase todos os povos foram governados por contradições. Feliz aquela que produz costumes suaves quando se tem leis de sangue!⁸⁷

Logicamente, de forma irônica, o pensador francês não poupa nem mesmo a figura de Jesus Cristo quando inquire o seguinte: “Vejam agora se Jesus Cristo estabeleceu leis sanguinárias, se ordenou a intolerância, se mandou construir os cárceres da Inquisição, se instituiu os carrascos dos autos de fé.”⁸⁸

As escrituras, em seu novo testamento, parecem sugerir a ilegitimidade da coerção e da intolerância. Sendo assim, novamente, Voltaire lança mão de exemplos dos trechos bíblicos, parábolas e relatos. Nessas parábolas e relatos o autor identifica a incongruência das interpretações que possivelmente possam ter sido usadas de forma equivocada para justificar uma série de atos que foram posteriormente cometidos.

Uma dessas parábolas é destacada por Voltaire, a de um homem que convida amigos para um banquete. Estes amigos alegam afazeres que os impediriam de estar presentes no referido banquete. Revoltado, o homem ordena ao seu servo que recolha das ruas os mendigos e cegos e que os façam vir ao banquete, complementando da seguinte forma: “sai pelos caminhos e atalhos, e obriga-os a entrar”⁸⁹. Segundo Voltaire, houve um abuso das interpretações da palavra “obriga-os”, uma vez que não há forma concreta de relacionar a parábola com o reino dos céus e que a interpretação da palavra utilizada pode sugerir também a ideia de roga, súplica, insistência e esforço ao máximo. Complementando o raciocínio, o filósofo questiona: “qual a relação dessa súplica e dessa ceia com a perseguição?”⁹⁰

⁸⁷ VOLTAIRE, 2000b, p. 81.

⁸⁸ Ibid., p. 83.

⁸⁹ Ibid., p. 84.

⁹⁰ Ibid., p. 84

Dessa forma, entendendo as palavras proferidas por Jesus em seu sentido literal, é possível depreender que para entrar no reino dos céus é necessário ser cego, moribundo e além: ‘ser obrigado a’. Obviamente, Voltaire traça aqui uma crítica à questão que perpassa o tempo: o da interpretação dos textos bíblicos que podem ter sido o grande foco dos aspectos mais marcantes da intolerância. Sabe-se bem que, ainda que ácidas como eram consideradas algumas reflexões do filósofo francês, Voltaire era um exímio estudioso da bíblia, como garante a professora Maria das Graças do Nascimento:

Sabe-se que Voltaire, sobretudo a partir da época de Cirey, ao lado de madame de Chatelet, usava grande parte de seu tempo de estudo na análise dos textos bíblicos e na leitura dos exegetas bíblicos da época.⁹¹

Posteriormente a isso, Voltaire volta-se para as características evidentes de Jesus que são bem menos do campo interpretativo, ou seja, suas falas sobre a paciência, a indulgência, o pai que abraça o filho pródigo e o perdão à mulher adúltera. Inclusive, ressalta a passagem de Judas, o qual trai a Jesus, sem que tivesse sido proferida palavra alguma que aludisse perseguição àquele.

Referiu Voltaire: “pergunto agora, se é a intolerância ou a tolerância que é de direito divino? Se quereis vos assemelhar a Jesus Cristo, sede mártires e não carrascos.”⁹²

Quase ao final do *Tratado*, vale lembrar uma passagem célebre que elucida clara e patentemente a necessidade da tolerância:

Nossas histórias, nossos discursos, nossos sermões, nossas publicações de moral, nossos catecismos, respiram todos, ensinam todos atualmente esse dever sagrado de indulgência. Por qual fatalidade, por qual inconsequência desmentiríamos na prática uma teoria que anunciamos todos os dias? Quando nossos atos desmentem nossa moral, é que acreditamos haver alguma vantagem em fazer o contrário do que ensinamos; mas certamente não há vantagem alguma em perseguir os que não são de nossa opinião e em fazer-nos odiar por isso. Há, portanto, mais uma vez, absurdo na intolerância. Mas, dirão, os que tem interesse em atormentar as consciências não são absurdos.⁹³

O direito à intolerância, tão perverso, adotava mesmo literais posições de latitude, ou seja, a determinado grau de latitude, podia-se instaurar a barbárie sob o manto sagrado da possibilidade dos massacrados e usurpados seres humanos não

⁹¹ NASCIMENTO, 1996, p. 47.

⁹² VOLTAIRE, 2000b, p. 90.

⁹³ Ibid., p. 93.

possuírem alma, fato que justificaria toda e qualquer ação no sentido de despojá-lo de seus bens, dando estatuto de verdade às torturas absurdas que lhes eram proporcionadas pelos detentores da “verdade” divina.

A escolha da maneira textual utilizada para desenvolver o *Tratado* leva a crer que Voltaire intentava atingir a opinião pública para motivá-la em favor de sua causa. No embate de Voltaire com a Religião, era frequente a menção “*Ecrasez l’infame*”⁹⁴. Em seus textos, muitos em forma de cartas, como as *Cartas Inglesas* ou em contos como *Candido*, retratava-se o inconformismo com os que empunhavam “a arma da palavra” para fazerem valer sua forma de pensar e agir. A ameaça de uma vida dedicada ao saber e a garantia da danação eterna de uma alma, caso não fosse observada a interpretação da bíblia conforme as diretrizes dos dogmas religiosos, não faziam sentido para Voltaire.

Portanto, seria inconcebível a ideia de que religiosos, que se diziam seguidores de tudo o que pregou Jesus Cristo, o ser que trouxera mensagens de tolerância e humildade, não conseguissem conviver com seus semelhantes de opiniões e crenças, ainda que muito divergentes.

Por ser um crítico da religião instituída pelos homens, Voltaire não se demonstrava muito preocupado em entender o sentimento humano relacionado à fé. Seus escritos reduzem a crença de um povo a “uma obscura teologia”⁹⁵. Portanto, no seu entender, os valores externos de um ser humano, bem como seu bem estar, eram o que realmente importam à sociedade e, para que coexistissem, necessitavam de tolerância. “Para Voltaire, o homem é um ser corporal que é capaz de pensar. As afirmações dos filósofos em relação à natureza da alma são quimeras sem fundamento, ou nas palavras de Voltaire, são “romances”⁹⁶.

O recurso embativo de Voltaire, atacando o fanatismo, a simonia, as perseguições religiosas e a intolerância, muitas vezes ridicularizando a Igreja em uma atitude flagrantemente anticlerical, induz a crer em suas intenções para provar que somente de uma forma racional o homem pode e deve ser tolerante para com o outro.

⁹⁴ “Esmagai a infâmia”: sentimento claro de anticlericalismo defendido por Voltaire que despertou a alma dos franceses contra os abusos da Igreja naquela época.

⁹⁵ Cf. RENÉ POMEAU ao realizar a introdução à obra de Voltaire: *Tratado sobre a tolerância: a propósito da Morte de Jean Calas*.

⁹⁶ NASCIMENTO, Maria das Graças. *Voltaire: a razão militante*. São Paulo: Moderna, 1993, p. 32. Coleção Logos.

o traço específico do Iluminismo francês é o culto da razão, a Deusa razão da revolução francesa. A razão (humana) deve dominar acima de tudo e acima de todos, déspota absoluta. Daí a guerra a qualquer atividade e instituição que não sejam puramente racionais.⁹⁷

A liberdade de escolha, percepção e conduta racional em relação aos diferentes dogmas religiosos serão defendidas pelo iluminista com veemência, assim como os homens de batinas pretas, brancas e roxas defenderão seus postulados clericais. Há autores contemporâneos, como Rubens Rodrigues Torres Filho, que defendam a idéia de que na luta voraz contra a intolerância religiosa, figuras como Voltaire utilizaram argumentos e certos tipos de artifícios tão ou mais repudiáveis que os religiosos, acabando por se igualar a estes em intolerância, pois “o defensor do relativismo se julga também o detentor de uma verdade pelo menos, a verdade da tolerância, e que desse modo a tolerância é intolerante com a intolerância”⁹⁸.

A propósito, será que a verdade da tolerância à qual o autor alude poderia ser entendida *a contrário sensu* como barbaridade da intolerância? Poder-se-ia dizer que sim, pois de acordo com Voltaire, a intolerância ou o “direito da intolerância é, pois, absurdo e bárbaro; é o direito dos tigres, e bem mais horrível, pois os tigres só atacam para comer, enquanto nós nos exterminamo-nos por parágrafos”⁹⁹; sendo assim, quando se trata de tolerância, o racional será instituído e a razão prevalecerá reinando absoluta. Mas quando houver ato ou pensamento intolerante, esses se mostrarão a partir de seus efeitos nefastos, prevalecendo a barbárie.

Portanto, ainda de acordo com Voltaire, quando alguém se depara com uma intolerância, por ser esta um fator a ser repellido, deverá repudiá-la na mesma medida de sua força motriz, mas de forma racional, sem o cometimento de abusos, pois é o que se espera de um ser racional.

Ainda nessa linha de raciocínio, qual é a certeza de que uma situação está ceifada de intolerância? Certo relativismo pode acontecer na defesa de uma posição que se entende como correta. Pode-se estar tão cego em meio a certezas que a verdade acabaria por ficar perdida em pensamentos e atos sofistas que remontam à Grécia antiga. Uma vez que os próprios sofistas foram mestres em relativizar a verdade, entende-se que havia a possibilidade de se “elastecê-la” a seu favor, e

⁹⁷ PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. 18. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993, p. 339.

⁹⁸ TORRES FILHO, 2004, p. 70.

⁹⁹ VOLTAIRE, 2000b, p. 34.

assim, conduzir seu discurso e seu interlocutor de forma que lhe fosse favorável em nome de sua verdade.

Assim como Voltaire diferencia o veneno do remédio tendo como parâmetro a dose, há também que se cuidar da medida em que se usará a tolerância contra a intolerância, pois a maneira de abater o inimigo (no caso a intolerância e seus propagadores) torna-se muitas vezes igualmente implacável.

Mas como defender a tolerância e combater ferrenhamente o inimigo intolerante o qual usa de artifícios escusos, sem acabar se transformando em alguém à imagem e semelhança? A resposta correta ao entender o conjunto de toda obra voltaireana, em especial o *Tratado* que aqui se estuda, é ser racional em todos os atos, pois a tolerância sobreviverá absoluta. Ser irracional em atos é sinônimo de ser intolerante e a “mão inversa” desse posicionamento é o que pregou Voltaire em seus escritos.

Ademais, Voltaire defendeu, em seu *Tratado*, uma propagação das luzes¹⁰⁰ para que a tolerância voltasse a ser de direito natural, inerente às Instituições religiosas, que a apagou com o tempo por meio de seus dogmas intransigentes e por muitas vezes preconceituosos, e segundo o entendimento do pensador francês, irracionais.

Voltaire talvez se perdera em meio às rechaças as quais comumente fazia, contradizendo-se, muitas vezes, e, em outras, transparecendo a defesa de sua própria condição de burguês e figura que transitava nos salões reais que oprimiam e lhe eram intolerantes. Essa foi, ainda que de maneira muitas vezes paradoxal, contraditória, a forma que o enciclopedista encontrou para o embate numa “caça” aos intolerantes, fitando a supremacia de uma nova era tolerante e, por conseguinte, racional. Não é possível, nunca, deixar de reconhecer que cada filósofo é filho de seu tempo e, com Voltaire, não poderia ser diferente. No próximo capítulo, o capítulo que visa findar nosso trabalho, vamos dissertar sobre esse “novo homem” que parece surgir com a ilustração. Trata-se de um indivíduo que passou a receber as impressões contextuais da era iluminista e que, desde Descartes, vem sendo

¹⁰⁰ O pensamento que antecedia à racionalidade do século XVIII era visto como obscuro onde reinavam as “trevas” do raciocínio assombrado pelos dogmas vigentes. Portanto, assim foi batizada a nova forma de pensar que remodelava e trazia mais “luz” por meio da razão. O que mais caracteriza o iluminismo como forma de pensamento, é sua multiplicidade de posições e teorias que convergiam única e exclusivamente na defesa da liberdade.

formado, cogitado. A abordagem do próximo capítulo desprende-se um pouco mais do *Tratado* propriamente dito já que busca aplicações contemporâneas, mas em momento algum, sua atmosfera é perdida. O *Tratado* parece presente a vigiar nosso desenvolvimento, norteando as razões do uso ou desuso da prática da tolerância, como base explicativa. No momento oportuno, traremos-no de volta, já que deve coroar a nossa explanação sobre a tolerância nos âmbitos políticos, jurídicos e religiosos de hoje em dia. Não nos furtaremos em lançar mão de outros pensadores modernos, tais como o inglês Thomas Hobbes e o franco-suíço Jean-Jacques Rousseau. Considerações sobre a natureza do homem nos serão de extrema utilidade na investigação da tolerância como um espécie de lei natural, ou como queria o pensador francês, um apanágio da humanidade. Tentar-se-á verificar a conotação dialética da idéia de tolerância, investigando também, questões relacionadas a permitir, suportar, assim como também tolerar. Não se resgatará o que já foi referido previamente no início deste trabalho sobre a origem ou o significado da palavra tolerância, mas especialmente, em algumas situações específicas, explicitar-se-á a maneira pela qual a ideia de tolerância pode ser posta em xeque pela própria tensão criada por seu oposto. Oposto esse que também ilustrará a explicação sobre o que é falível no homem, justificativa usada pelo enciclopedista ao abordar aquilo que deve caracterizar a natureza humana. Segue, enfim, nosso terceiro capítulo.

Cap.3 Seria a Tolerância um apanágio da humanidade? A Natureza do Homem e o esforço da Ilustração na defesa de sua benevolência.

Rouanet abre um capítulo de sua obra intitulada “As razões do Iluminismo” com a seguinte questão: “Mas teria ainda a Ilustração forças para influenciar o nosso presente?”¹⁰¹. Tal pergunta nos levaria a uma outra, talvez um pouco mais ampla e subjetiva: seria a tolerância um apanágio da humanidade? Segundo Voltaire, sim: “O que é Tolerância? É o apanágio da humanidade. Somos todos cheios de fraquezas e de erros; perdoemo-nos reciprocamente as nossas tolices, tal é a primeira lei da natureza”¹⁰²

Para o pensador francês existem mais coisas que nos aproximam que coisas que nos distanciam, devido às nossas falhas e erros comuns a absolutamente todo e qualquer espírito humano. A tolerância seria, então, a primeira lei da natureza. No entanto, o que se percebe é que, mesmo após o desenvolvimento nos capítulos prévios, que, em se tratando de Homens, fatos, casos e circunstâncias - coisas, enfim - não são tão simples, não basta assumi-la como uma primeira lei.

Devemos reconhecer que, em certa medida, o ideal iluminista significou, basicamente, um processo de desenvolvimento de autonomia. O espírito do movimento consistia em levar o homem a pensar por si. O esclarecimento era o mote do projeto das luzes. Inevitavelmente, no bojo desse projeto, estava a liberdade, afinal, só é possível ser autônomo estando liberto. A questão que residual para reflexão incide sobre a seguinte ideia: qual o melhor uso possível desta liberdade, sem que ela, antagonicamente, sirva de pano de fundo para atrocidades e injustiças que pudessem ser cometidas pelo gênero humano.

Com o exercício livre da razão, pensa-se então em como poderíamos nos beneficiar de seu uso. Tal aspecto parece ressaltar ainda mais duas esferas distintas, a saber, aquilo que é público e aquilo que é privado.

Ao longo de toda a narrativa de Voltaire, percebe-se o quão pequeno pode ser o espírito humano, principalmente quando abandona sua autonomia, dita racional, e entrega sua tutela a outrem, ou pior, à ideia de outrem.

¹⁰¹ ROUANET, 2005, p. 27

¹⁰² VOLTAIRE, 1973, p. 290

Calazans defende que a ilustração não apenas fez uma releitura da ideia de tolerância, como também foi fundamental para a sua validação, conforme, a seguir, é possível constatar: “Seus pressupostos políticos-filosóficos e teológicos são uma releitura e uma afirmação.. A releitura, ou redefinição, prende-se à nova forma de conceber a própria natureza da tolerância”¹⁰³.

Historicamente, em especial no século XVII, o reconhecimento da tolerância se dava na esfera essencialmente política, ou seja, era uma espécie de concessão, dada pelo próprio príncipe ao indivíduo enquanto entidade privada. Já na esfera pública, tal “tolerância” era submetida ao Estado, de maneira que a religião do soberano era, então, absoluta. Ora, tal aspecto tenciona ainda mais a questão básica inicial, afinal a soberania impunha idéias e ideologias no espaço público de forma intolerante. No entanto, seguindo ainda a ideia de Calazans, a ilustração foi fundamental para a consolidação e a validação dos ideais de tolerância:

Coube ao iluminismo dar o impulso final no sentido de fazer da tolerância um princípio de ordem geral, imposto pela razão, algo inerente à natureza humana e não mais uma concessão outorgada pela autoridade estatal, nesse contexto ela é entendida como dever moral¹⁰⁴.

Como é possível perceber claramente, segundo o autor, o Iluminismo parece ter atribuído importância à tolerância, como se, sem ela, o projeto não estivesse completo, ou não pudesse se completar. A Ilustração reveste o homem com a capacidade racional que fere profundamente o antigo regime de submissão, seja no campo político, seja no teológico. Para que o processo iluminista solidificasse a vida dos homens, os conceitos existentes mais “primitivos” precisavam perecer. Um deles era, obviamente, a intolerância e sua fonte inesgotável, a religião. No entanto, por outro lado, o homem também já não poderia mais ser o mesmo, visto que seu contexto norteava os rumos de sua essência; havia, portanto, um projeto de natureza humana ilustrada. Conforme já referido, a liberdade era um de seus pilares; no exercício de pensar proposto pela liberdade ilustrada, percebe-se uma diferenciação de tudo o que foi, até aqui, exposto; em especial, no que tange às esferas do público e do privado. Rubens Rodrigues, em um comentário sobre a ideia proposta por Kant quanto ao uso da liberdade, esclarece bem essa mudança:

Distingue, para o uso dessa liberdade (a valiosa *Denkfreiheit*), dois usos: o uso público, que não deve sofrer restrição de espécie

¹⁰³ CALAZANS, 1994, p. 66

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 66

nenhuma, e o uso privado, que pode estar sujeito a restrições sociais. Nessas condições, o mesmo indivíduo pode, como *Gelehrte* e cidadão do universo, exercer seu pensamento ilimitadamente, submeter a livre exame todas as verdades instituídas, enquanto em seu ofício, quando não fala em seu próprio nome, como intelectual cosmopolita, mas em nome de outrem, deve restringir-se ao aceite, à doutrina, ao institucional. Assim o sacerdote, o professor, quando tomam a palavra no exercício de suas funções¹⁰⁵.

Muito embora possa parecer paradoxal, há que se reconhecer que, nessa visão, o uso da liberdade no campo privado institui algo *sui generis*, ou seja, uma espécie de freio moral promovido pelas instituições, uma preocupação com a ordem estabelecida, portanto, curiosamente agindo da seguinte forma: “dar asas à liberdade ilimitada de pensar, [...] desde que em público”¹⁰⁶.

Dessa forma, há uma normatização da tolerância, ou seja, há uma liberdade. Contudo, essa liberdade é validada, desde que se esteja em esfera pública. A esfera privada, garantindo liberdade ilimitada, pode ser a fonte, e não só, mas a origem de questionamentos “desnecessários” à instituída ordem social. Sendo assim, entendia-se que na esfera privada, o uso da liberdade poderia acarretar malefícios à esfera pública e, por conseqüência, a tolerância se manteria refém dessa normatização entre o público e o privado.

3.1 O viés da individualidade

Conforme já tratado e por isso, sabido, a essência do projeto das luzes era a autonomia. Ao libertar o homem do jugo da irracionalidade tornando-o autônomo, a ilustração deflagra um de seus outros focos com relação ao homem: o de individualizá-lo. Contrariamente às tentativas das sociedades tradicionais anteriores que enfatizavam o coletivo como os clãs ou a *polis*, um aspecto original do projeto das luzes foi seu viés individualizante. É possível afirmar que, em certa medida, trata-se do ápice da *res cogitan* cartesiana, ou seja, o indivíduo totalmente deslocado de sua matriz coletiva. O homem passa a existir como indivíduo, assim como, também, passa a ser pensado como indivíduo em todas as instâncias, sejam

¹⁰⁵ TORRES FILHO, 2004, p. 62

¹⁰⁶ *Ibid.*, p. 62

elas de cunho natural ou de cunho civil. Este individualismo faz repousar sobre o homem a titularidade de seus direitos, e não apenas de seus deveres, diferentemente das éticas religiosas. Assim, agiganta-se o direito à felicidade e ao bem viver, no entanto, não mais nos moldes aristotélicos quando uns nasciam para servir e outros para serem servidos, mas impregnados dos ideais que fomentaram as novas revoluções e neles, a idéia de liberdade estava sempre presente.

O individualismo da Ilustração teve, portanto, o mérito de colocar no centro da ética o direito à felicidade e à auto-realização e o de valorizar o indivíduo descentrado, o homem que se liberta dos vínculos 'naturais' e pode situar-se na posição de formular juízos éticos e políticos a partir de princípios universais de justiça, independentemente de quaisquer lealdades locais¹⁰⁷.

Há que se ressaltar que também houve, por parte da religião, em especial por parte do catolicismo, uma substancial contribuição para o processo de individualização do homem, mas que, no entanto, dava-se apenas no "plano transcendente da relação do homem com Deus"¹⁰⁸.

Podemos então admitir que o intento de Voltaire estava perfeitamente alinhado com o objetivo básico da Ilustração, ou seja, libertar a razão do preconceito e fazer compreender que opinião sem julgamento não é da natureza do homem racional. Entenda-se, para tanto, a racionalidade um atributo naturalmente aplicado aos seres humanos. A partir do momento em que a Ilustração reconquista a individualidade do homem, a estrada parece estar pavimentada e seu pavimento para a boa fluidez da viagem é a tolerância. A tutela severa da religião havia "infantilizado" o homem, que havia vivido, até então, em estado de menoridade. A emancipação do pensamento pressupõe a liberdade deste mesmo pensamento, ou em outras palavras, o pensar e deixar pensar é condição *sine qua non* da vida civil:

A defesa da tolerância como direito e sentimento da humanidade, inclui-se nos esforços da Ilustração para circunscrever o espaço social como lugar público onde vivem pessoas privadas e, portanto, onde há opiniões comuns e opiniões particulares que não podem ser confundidas.¹⁰⁹

As palavras de Chauí ilustram claramente o panorama em que se encontra a idéia de tolerância, "direito e sentimento da humanidade". Após o resgate do indivíduo, uma espécie de regência da intrincada harmonia que deve pautar a

¹⁰⁷ ROUANET, 1993, p. 16

¹⁰⁸ Ibid., p. 15

¹⁰⁹ CHAUI, 1983, p. 107

inserção da pessoa privada no espaço social que é público, surge para salvaguardar as manifestações do espírito humano, sendo que a primordial destas manifestações deve ser a tolerância. Afinal, como nos assegura o próprio Príncipe das Luzes: “Evidentemente que qualquer particular que persiga outro homem, seu irmão, porque não participa das suas opiniões, é um monstro”¹¹⁰. Percebe-se, então, como é intrincada essa relação que envolve o público, o privado e a tolerância. Reconhecer que há uma liberdade ilimitada nas formulações de pensamento é uma coisa, apresentar livremente tais formulações e encontrar respeito na recepção de tais idéias, nos parece ser algo profundamente diferente. Dessa forma, esse individual resgatado pelo Iluminismo precisa ser analisado, talvez, não apenas como um privilégio, ou uma redescoberta das capacidades do homem em sua infinita subjetividade, mas sim, ou também, como uma espécie de tensão no próprio conceito de tolerância.

Referimo-nos a uma tensão dialética, afinal, na medida em que ressaltamos, cada vez mais, o “primitivo” do pensar intolerante. Parece crescer, também, a necessidade da garantia desse mesmo pensar, ainda que seja ele intolerante; não seríamos intolerantes deixando de permiti-lo, sufocando-o e não o deixando, ao menos, servir como parâmetro? Muito embora se tenha como objetivo abordar mais à frente esta questão, a qual entendemos como dialética da tolerância, cabe aqui fazer o registro de que a perseguição, como vista na última citação de Voltaire, obviamente é maléfica, no entanto, a exposição das opiniões nos espaços deve ser garantida.

Obviamente, a título de exemplo, perseguir um cristão por suas convicções é um absurdo sem tamanho, mas expressar uma opinião sobre o cristianismo não deve, em hipótese alguma, ser visto como algo intolerante. Entende-se que residem nesse ponto as contradições mais latentes do emprego da tolerância, aspecto que procuraremos pensar adiante.

¹¹⁰ VOLTAIRE, 1973, p. 291

3.2 A inversão da *Encyclopédie*

No início deste capítulo, ao responder a questão sobre o apanágio da humanidade, referiu-se que Voltaire expõe a questão da tolerância ser a lei primeira, no sentido de haver mais coisas que nos aproximam do que nos distanciam. Urge, neste momento, explorar um pouco mais essa colocação do pensador francês, haja vista ser um aspecto relevante, não apenas na definição de tolerância, como também na justificativa em dar a ela a importância que atribuímos.

Voltaire faz parte de um significativo grupo de pensadores franceses, em especial, chamados de enciclopedistas. Muito embora não tenha sido nosso pensador a desenvolver o verbete sobre tolerância da então chamada enciclopédia – *Encyclopédie* – vamos, brevemente, analisa-lo no intuito de subsidiar nossas colocações quanto a esta “primeira lei”, ou como queria Voltaire, a própria tolerância.

Ainda antes de enveredar-se pelo verbete sobre a tolerância da *Encyclopédie*, pensemos o quanto, ao longo do desenvolvimento da sabedoria racional – pelo menos no ocidente – pensadores debruçaram-se sobre as questões que faziam dos homens iguais ou desiguais. Para citar poucos, afinal esse não é nosso objetivo neste capítulo, comecemos por Aristóteles que, em sua Política, admite que o homem é um animal político, com uma característica atávica de unir-se em sociedade. No entanto, ressalta que a natureza prepara alguns para o mando e outros para a obediência, diferenciando-os prioritariamente. Nos períodos regidos pela religião, o homem sempre foi visto segundo a imagem e a semelhança de seu Deus e as diferenças, especialmente as hierárquicas, eram determinadas justamente por este mesmo Deus, de acordo com sua vontade divina. Às portas da modernidade, como já dito, na reconquista da individualidade, o homem ganha a interioridade e passa a usar a razão como nunca havia até então. Após estas considerações introdutórias, se pensarmos nos autores modernos, esse intento em examinar as igualdades e desigualdades do espírito humano se avultam ainda mais. O filósofo inglês Thomas Hobbes, por exemplo, na abertura do capítulo XIII de sua mais célebre obra, o “Leviatã”, apresenta uma visão interessante sobre essa ideia de igualdade e desigualdade, que pelo fato de estar vinculada à natureza, nos possibilita pensar novamente, como Voltaire, na lei primeira como também proveniente da natureza:

A natureza fez os homens tão iguais, quanto às faculdades do corpo e do espírito que, embora por vezes se encontre um homem

manifestamente mais forte de corpo, ou de espírito mais vivo que outro, mesmo assim, quando se considera tudo isso em conjunto, a diferença entre um e outro não é suficientemente considerável para que qualquer um possa com base nela reclamar qualquer benefício a que outro não possa também aspirar, tal como ele. Porque quanto à força corporal o mais fraco tem força suficiente para matar o mais forte, quer por secreta maquinação, quer aliando-se com outros que se encontrem ameaçados pelo mesmo perigo”¹¹¹.

Nesta introdução ao capítulo XIII da primeira parte sobre o homem em *Leviatã*, Hobbes inicia dizendo que a natureza fez os homens iguais a ponto de não permitir que haja nenhum tipo de reivindicação de benefício algum por um saber-se mais sábio ou mais forte que outro. Embora o pensador inglês esteja alicerçando uma espécie de justificativa para a explicação de uma malevolência natural, não se pode deixar de reconhecer que há, no início deste específico capítulo, uma defesa, ainda que velada, da igualdade “via” compreensão e tolerância, afinal, segundo o inglês, não deveria existir a possibilidade de reivindicação de qualquer ordem baseada nas diferenças, uma vez que a natureza nos fez iguais.

Jean-Jacques Rousseau, desafeto declarado de Voltaire, também parece ir nesta direção, ao assegurar duas coisas fundamentais para a solidificação das idéias ilustradas, e por consequência, dos princípios da tolerância. Inicialmente, a exemplo dos enciclopedistas e principalmente de Voltaire, Rousseau admite que a complacência e a piedade, que podemos compreender também como sinônimos de tolerância, seriam um sentimento natural; esta afirmação está claramente em consonância com a idéia de lei primeira, já exposta aqui e defendida por Voltaire:

Certo, pois a piedade representa um sentimento natural que, moderando em cada indivíduo a ação do amor de si mesmo, concorre para a conservação mútua de toda a espécie. Ela nos faz, sem reflexão, socorrer aqueles que vemos sofrer; ela, no estado de natureza, ocupa o lugar das leis, dos costumes e da virtude, com a vantagem de ninguém sentir-se tentado a desobedecer a sua doce voz [...] ela em lugar dessa máxima sublime da justiça raciocinada – *faze a outrem o que desejas que façam a ti* -, inspira a todos os homens esta outra máxima de bondade natural, bem menos perfeita, mas talvez útil que a precedente – *Alcança teu bem com o menor mal possível para outrem*.¹¹²

Esta afirmação rousseauiana ilustra bem o ideário iluminista, afinal, percebe-se, em sua interpretação, um “traço” que parece transpassar todo o desenvolvimento

¹¹¹ HOBBS, 1979, p. 74

¹¹² ROUSSEAU, 1973, p. 260

da figura do homem – mesmo que, como em Rousseau, este homem seja hipotético – fundando as características de suas ações sob a égide da benevolência.

Um segundo ponto importante em Rousseau, que auxilia no empreendimento deste capítulo, embasando-o, é a razão pela qual a suposta harmonia da piedade natural é quebrada. O autor franco-suíço assevera que a diferença, o desequilíbrio e a quebra das máximas expostas na citação anterior dão-se na formação da sociedade civil que, para Rousseau, seria uma espécie de infortúnio, uma queda do homem proporcionada pela posse. No entanto, vale ressaltar esta passagem, pois, supostamente, em natureza, além de serem iguais, os homens pareciam atender a *doce voz* da piedade:

O verdadeiro fundador da sociedade civil foi o primeiro que, tendo cercado um terreno, lembrou-se de dizer *isto é meu* e encontrou pessoas suficientemente simples para acreditá-lo. Quantos crimes, guerras, assassínios, misérias e horrores não pouparia ao gênero humano aquele que, arrancando as estacas ou enchendo o fosso, tivesse gritado a seus semelhantes: ‘Defendei-vos de ouvir esse impostor; estareis perdidos se esquecerdes que os frutos são de todos e a terra não pertence a ninguém’.¹¹³

Na *Encyclopédie*, no verbete sobre a tolerância, cabe perceber que se parte da constatação também da igualdade e da desigualdade. No entanto, a argumentação parece dar peso maior para aquilo que nos torna iguais do que ao que nos diferencia. Enquanto somos seduzidos a pensar nas mais diversas possibilidades de diferenciação, Voltaire fez o caminho contrário. Somos obrigados a admitir que, por natureza, por nossos costumes ou mesmo pela educação que nos é dada ou que desenvolvemos ao longo do nosso tempo de vida, acabamos por nos tornar desiguais em nossos talentos, sentimentos e opiniões. No entanto, o enciclopedista, através dessas desigualdades chega a uma igualdade maior: pelas nossas falhas, erros e fraquezas é que somos iguais e é justamente por isso, por sermos falíveis, que necessitamos de complacência, ou pelo menos somos munidos dela. Porque não sabemos exatamente quando vamos falhar, precisamos de compaixão, de tolerância.

O ponto de partida da argumentação, na *Encyclopédie*, é a constatação da desigualdade e da igualdade entre os homens [...]. Essa constatação milenar, já feita por Aristóteles e por Tomás de Aquino, ganha porém, um conteúdo novo, pois permite apresentar a

¹¹³ ROUSSEAU, 1973, p. 265

igualdade como consequência da desigualdade: pela fraqueza de seu intelecto e de sua vontade, todos os homens são falíveis, e nisto são iguais. Eis porque, prossegue a *Encyclopédie*, 'ninguém tem o direito de dar sua razão como regra, nem de pretender subverter outrem às suas próprias opiniões. Exigir que eu creia a partir do vosso julgamento seria o mesmo que exigir que eu visse com vossos olhos'¹¹⁴.

Ficou claramente demonstrado aqui um “caminho contrário” ao da maioria dos pensadores sobre a tolerância, ou mesmo daqueles que a abordaram para subsidiar explicações mais diversas. O alicerce da colocação do enciclopedista não está na ênfase dada à virtude das ações humanas, como seria previsível o ressaltar da ação benéfica do homem em meio a seu espaço de convívio, mas justamente em suas falhas. É possível, então, a seguinte reflexão: como queria Voltaire, se realmente a tolerância é, de fato, a primeira lei da humanidade, só o é pelo respaldo da falha, que também seria primordial e atávica no homem. Seria ideal, portanto, que o homem se reconhecesse na falha e não essencialmente na virtude. Esse aspecto colocaria em xeque, por exemplo, a idéia clássica¹¹⁵ de virtude, a qual defendia o ideário do pleno exercício das potencialidades. Ao se pensar em uma faca, sua virtude seria o gume, no cavalo de corrida, a agilidade de suas patas. Quando pensamos nas potencialidades do homem, não nos chega ao pensamento o aspecto de ser falível, mas sim as potências de sabedoria, coragem ou temperança. Pelo viés adotado por Voltaire, temos a falha como a única possibilidade concreta, ou como resultado, ainda que esporádico e inevitável da ação; se flexionarmos – ainda que não seja aconselhável – a visão voltaireana ao crivo da virtude clássica, teremos pura incongruência. Tal reflexão leva ao seguinte ponto: seria necessário pensar a tolerância em níveis distintos, uma vez que mesmo entre os iluministas e principalmente entre os enciclopedistas, todos pareciam preocupar-se constantemente com a hierarquia quanto ao uso da tolerância: quanto ao “o que”, “a quem” e “quando” se pode tolerar algo ou alguém.

¹¹⁴ CHAUI, 1983, p. 107

¹¹⁵ O sentido de “clássica” que usamos aqui faz referência à definição dos filósofos da antiguidade clássica, especialmente Platão e Aristóteles. Assim, a inversão a qual nos referimos se dá no cerne do conceito destes filósofos – que inspiraram toda a antiguidade e boa parte da idade média – quando diziam que a virtude de algo é justamente o pleno desempenho de sua função ou a realização de suas potências.

3.3 A Tolerância Religiosa, Jurídica e Política: uma dialética?

A exemplo do que já foi tratado anteriormente de forma superficial, gostaríamos, nesse momento, de examinar um pouco melhor a questão da tensão que a idéia da tolerância traz consigo.

Em uma análise da ação do enciclopedista, a filósofa Marilena Chauí nos expõe:

Sem que o diga explicitamente, o enciclopedista faz com que o cálculo, controle e hierarquia decidam quanto ao que pode ser tolerado, quem pode tolerar e quando pode fazê-lo. Concernindo ao bem e ao mal, ao uso e ao abuso, à lei natural/divina e humana, a tolerância é tratada em três níveis: religioso, jurídico e político. Por esse motivo, o eclesiástico, o magistrado e o legislador são os destinatários preferenciais do discurso tolerante. O magistrado deve tolerar um mal para prevenir um dano social maior (é isto a justiça), o eclesiástico deve suportar um abuso para manter a unidade de sua igreja (é isto a disciplina) e o legislador não pode proibir o que a Natureza ou Deus permitem (é isto o direito)¹¹⁶.

A questão observada pela filósofa traz à baila uma importante questão, a saber, como pensar a tolerância como um princípio universal, ou uma primeira lei geral como queria o próprio Voltaire? Percebe-se, portanto, dois aspectos a serem explorados: o primeiro quanto ao fato da tolerância estar vinculada ao campo das opiniões e um segundo, mais amplo, quanto à ação destes destinatários do discurso tolerante, via de regra, poder ser um excludente em relação ao outro.

Com relação ao primeiro ponto que objetivamos abordar, admitimos que, embora a explanação seja deveras problemática, precisamos reconhecer que uma opinião nasce na subjetividade do sujeito, portanto, em consonância com as características do indivíduo ilustrado – exatamente como já exposto aqui. Trata-se de algo íntimo, mas que nem por isso está impossibilitado de ganhar o espaço público. No entanto, quando determinada opinião ganha este espaço e porventura não se encontra em harmonia com a ordem estabelecida, tem-se, então, o que chamamos de preconceito. O ponto nevrálgico desse pequeno exercício está na garantia da defesa desta prática, ou seja, não apenas de ter a opinião, afinal, sendo essa de foro íntimo, não há dispositivo que a possa inibi-la, mas, principalmente, de expô-la sem receber a pecha do preconceituoso, e por assim dizer, gerar mais

¹¹⁶ CHAUI, 1993, p. 108

intolerância. Esta mesma pergunta está proposta por Chauí: “como garantir que a defesa dessa prática não seja um preconceito entre outros, uma opinião entre outras? Como alçá-la à dignidade de uma verdade e, portanto, de princípio universal?”¹¹⁷

Rubens Rodrigues ressalta uma espécie de jogo repleto de contradições verificáveis nas ideias do enciclopedista, com relação a este princípio universal: “Deveríamos então dizer que, aqui, o defensor do relativismo se julga também o detentor de uma verdade pelo menos a verdade da tolerância, e que desse modo a tolerância é intolerante com a intolerância”¹¹⁸.

A resposta pode repousar sob a égide da própria ausência da verdade, pelo menos é o que nos garante o autor:

como a verdade se estabelece melhor às vezes por seu contrário que diretamente, se mostrarmos em poucas palavras a injustiça e as sequelas funestas da intolerância, teremos provado a justiça e a necessidade da virtude que lhe é oposta¹¹⁹.

Mesmo com todo esforço conceitual e estratégico, o problema parece persistir. Obviamente isso se dá, parafraseando Paracelso¹²⁰, pela dose do remédio, ou seja, errar a dose de tolerância pode, então, ser uma medida desastrosa.

A reflexão do primeiro ponto nos leva à análise do segundo, e mais amplo aspecto dos dois apontados anteriormente, quanto aos portadores do discurso tolerante e sua esfera de atuação.

Quão difíceis são, dentro do apresentado pelo enciclopedista, as ações do Eclesiástico, Magistrado e do Legislador. Pensar a tolerância nesses níveis é como pensá-la de forma geral para toda a sociedade.

Embora tenhamos exaustivamente explorado neste presente trabalho as questões religiosas e a ideia de tolerância, o convite agora é pensá-las em conjunto com as questões políticas e do direito, percebendo como as ações tolerantes, nessas esferas, podem ser excludentes, ou seja, intolerantes entre si.

Ora, quando o enciclopedista expõe que o eclesiástico deve suportar um abuso para manter a unidade de sua igreja, é possível que tal complacência vá de encontro ao que o legislador não pode tolerar ou mesmo à própria concepção de

¹¹⁷ CHAUI, 1993, p. 109

¹¹⁸ TORRES FILHO, 2004, p. 70

¹¹⁹ Ibid., p. 73

¹²⁰ Paracelso é o pseudônimo de Phillipus Aureolus Theophrastus Bombastus von Hohenheim

justiça do magistrado. A verdade – se é que podemos utilizar tal termo – é que, inevitavelmente, a tolerância de um esbarrará na intolerância de outro, seja ela necessária ou intrínseca.

Sempre haverá um “senão”, uma porta aberta para a intolerância. A potência da intolerância é tornar exponenciais os erros humanos, pois ao não reconhecê-los como aspecto comum e inerente ao ser do homem, passamos a nos distanciar cada vez mais da tolerância, exatamente como nos dizia Voltaire, como a primeira lei, cujo a fonte é a compreensão e a compaixão natural.

No campo político, a questão da tolerância se dá em consonância com o ideal de democracia. As palavras de Wolff podem nos dar uma dimensão ainda maior desse aspecto na esfera política, vejamos:

A tolerância política é aquele estado de espírito e condição da sociedade que permite a democracia formular bem e concretizar o ideal de pluralismo. Por isso mesmo, se quisermos compreender a tolerância como virtude política, devemos estudá-la não através da investigação psicológica ou moral de preconceitos, mas através de uma análise da teoria prática do pluralismo democrático.¹²¹

Não nos enveredaremos pela teoria do pluralismo democrático, pois não é este nosso objetivo, mas destacaremos, da citação acima, a questão de não se chegar à compreensão, segundo Wolff, da tolerância política através da investigação dos preconceitos. Parece que a questão é bem mais prática, pois pensar a tolerância política, especialmente sob o ponto de vista moderno, é pensar em um modelo de Estado servidor e senhor, concomitantemente. Como, então, um modelo como esse de Estado poderia respeitar opiniões e salvaguardar o direito que todos devem possuir em expressá-las? Chauí esquematiza da seguinte forma, ao analisar as colocações do enciclopedista:

Para que o Estado seja Tolerante, deverá preencher as seguintes condições: 1) separar poder civil e poder religioso, distinguindo o magistrado e o padre, pois não há risco maior do que permitir que o ‘portador do incenso também carregue o gládio’, confundindo o reino de Deus com o de Cesar; 2) de acordo com um contrato social, fazer com que os dogmas religiosos se refiram exclusivamente a consciência individual e nada tenham a ver com a vida social e política, não podendo o soberano intervir na liberdade de crença. Em contrapartida deve haver uma ‘religião social’, uma ‘profissão de fé’ puramente civil, cujos artigos devem ser fixados pelo soberano. Nela não há dogmas, apenas sentimentos de sociabilidade que não podem ser impostos, mas o soberano tem o direito de banir de seu território o insociável que os desrespeitar; 3) deve ser considerado

¹²¹ WOLFF, 1970, p. 12

legítimo que o Estado puna os dogmas que se oponham à sociedade civil, reprima discursos temerários que ponham em dúvida o sentimento natural de sociabilidade, proscruva associações perigosas que possam vir a tornar-se 'um Estado dentro do Estado'. Numa palavra será, legítima toda punição de práticas que firam o princípio fundamental da política afirmado pelos enciclopedistas, qual seja, o de que 'o Estado é uno'. Assim, a unidade política torna-se o substituto prático para a impossível unidade da verdade¹²².

Se observarmos sob a ótica jurídica, encontraremos a mesma questão, ou seja, o cidadão é livre, desde que obedeça e se finde na religião, que como o próprio termo indica, foi dada aos homens como fator de união e para torná-los melhores. Esse mesmo indivíduo será salvo, desde que acredite.

Ressaltamos que mesmo um eloquente defensor da tolerância não era ingênuo o suficiente para acreditar que esse processo se daria de forma natural. Aliás, cabe nesse contexto, uma reflexão: se a tolerância realmente pode ser vista como uma lei primeira, seria então necessário tanto clamor por ela assim? Nem mesmo Voltaire se colocou de forma otimista quanto a isso e esperava, também, dos soberanos, detentores do poder, que pudessem redimir o espírito humano, dando seu quinhão na solidificação da tolerância, ao menos da tolerância religiosa, como nos garante Rouanet:

Voltaire acreditava que um soberano esclarecido, como Frederico da Prússia, poderia, sem romper com a ordem política existente, modernizar o Estado e o aparelho judiciário, introduzir a tolerância religiosa, e mesmo implantar algumas medidas liberais, como a liberdade de imprensa¹²³.

Ora, muito embora saibamos bem através do que já foi exposto aqui, que o *Tratado* de Voltaire teve um *mote* no caso Calas, devemos observar também não se tratar apenas de uma questão religiosa. O caso Calas se funda como um caso de direito, portanto da esfera jurídica. Talvez entenda-se, assim, a expectativa do príncipe das luzes em relação a Frederico da Prússia, quanto à reforma do judiciário. Não há reforma capaz de inibir novos casos Calas ou noites de São Bartolomeu se o Estado não garantir o poder do judiciário. O que se percebe, envolvendo esse caso, é também de alçada política. Obviamente, o caso Calas e a noite de São Bartolomeu aconteceram, em princípio, por intolerância religiosa, sendo, portanto, uma questão pertinente aos clérigos. Curiosamente, o filósofo francês parecia admitir a

¹²² CHAUI, 1993, p. 113

¹²³ ROUANET, 1993, p. 191

instauração dessa tolerância religiosa, o que por si pode caracterizar uma espécie de contradição, afinal a tolerância seria imposta.

Ao perscrutar a obra do grande literato Voltaire, deparamo-nos com um magnífico conto, cujo título latino diz “Cosi-Sancta”, uma novela africana ou, como Voltaire perifrasedia, “uma pequena aventura na diocese de Santo Agostinho”. Em resumo, trata-se da história de uma bela mulher, Cosi-Sancta, prometida a um homem muito velho e não merecedor do seu amor. Essa doce mulher, vítima das peripécias mais clássicas do destino, nos moldes mais fieis às tragédias gregas, é obrigada a traí-lo por três vezes consecutivas e, com esses atos promíscuos, salva a vida dos filhos e do próprio marido. Ao morrer, Cosi-Sancta consagra-se canonizada, pois todos acreditavam ser extremamente necessária a presença de uma mulher como essa em uma família de lar cristão. Mortificando-se nos atos que praticou, proporcionou o bem a seus parentes. Ao morrer, portanto, gravaram-lhe em lápide de túmulo, o epitáfio: “UM PEQUENO MAL POR UM GRANDE BEM”¹²⁴

¹²⁴ VOLTAIRE, 1983, p. 672

Conclusão

Esse momento nos cobre com um conforto quase inexplicável. Não por nos sentirmos no final de uma caminhada, mas justamente por perceber que essa caminhada não tem fim. Muito embora todo pesquisador sinta-se seduzido por abarcar determinado assunto e esgotá-lo, talvez o fruto mais satisfatório do nosso empreendimento seja constatar que o assunto Tolerância é, em si, inesgotável.

Após tanto tempo de “convívio” com um dos mais significativos pensadores do Iluminismo, atrevemo-nos, em tom desafiador, a com ele aprendemos a dizer que, se a tolerância não é o apanágio da humanidade, é uma eterna busca, um eterno e árduo exercício. Ao finalizar o presente trabalho e lançar mão de algumas poucas palavras como considerações finais, vêm à mente questões que passaram ao largo das nossas reflexões, mas que nem por isso são menos importantes. Quando nos referimos à tolerância como uma eterna busca, fala alto em nós a concepção aristotélica da ética, do *ethos* como caráter, que deve ser uma conquista diária, constantemente praticada, bem como se deva praticar a tolerância. Seria a tolerância uma finalidade? Mais uma vez, Aristóteles surge, quando assume que a finalidade de todo ser humano na face da terra é ser feliz e que a felicidade é um bem de uma espécie única, é um fim em si mesmo. Seria a tolerância, um bem desta categoria? Um fim em si mesmo? Ainda que não tenhamos uma resposta prática ou conceitual para estas questões, em parte nos sentimo-nos saciados. A investigação que fizemos em o *Tratado* era como vela içada em mar bravio: ao bom navegador, sempre um convite extremo para enveredar o nauta a experimentar ir ainda um pouco mais longe. Quão longe se pode ir quando suas vestes são a Tolerância, a complacência e a compreensão? Nesse momento, evoca-se o romano Sêneca: “ao homem que não sabe a qual porto quer chegar , nenhum vento lhe será favorável”.

Ao finalizar o presente trabalho, constata-se que os ventos os quais nos conduziram pelas linhas e entrelinhas da filosofia voltaireana foram extremamente proveitosos. Poucos como Voltaire podem nos conduzir ao redor do mundo, através dos tempos de forma tão peculiar; Roma, Grécia, China, Japão, França, Inglaterra. Era necessário ilustrar nossas “provas tolerantes”. A pecha de caótico não lhe cai bem, basta lê-lo para descortinar tal descoberta. Ao leitor desatento, as constantes viagens através dos espaços e do tempo podem incomodar. Incômodo e estranheza

são as sensações que costumam causar àquele que tem a história diacrônica nas mãos. Enfim, esperamos que estas poucas páginas possam, de alguma maneira, em algum momento, levar algum outro, humanamente igual a nós, a um prosseguimento nesta pequena construção que erigimos e fundamentalmente iluminar-se com a razão para tolerar cada dia mais. Respeito e Plenitude:

Com minhas mãos plantei os alicerces de um prédio imenso; ele era sólido e simples, todos os homens nele podiam entrar com segurança; quiseram acrescentar os ornamentos mais bizarros, mais grosseiros e mais inúteis; e o prédio começa a desmoronar por todos os lados; os homens pegam as pedras e as atiram uns contra os outros; grito-lhes: Parai, afastai esses escombros funestos que são vossa obra e habitai comigo em paz no prédio inabalável que é o meu¹²⁵.

¹²⁵ VOLTAIRE, 2000, p. 137

REFERÊNCIAS

ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

ARENDT, Hanna. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1972.

CHATELET, F. *História da Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

BAYLE, Pierre. *Ce que c'est que la France toute catholique*. Paris: Vrin, 1973, ed. por E.Labrousse com a colaboração de H. Himelfarb e R.Zuber.

BODIN, Louis et al. *História das idéias políticas*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1970. v. 4 e 5. Direção: Jean Touchard.

BRAILSFORD, Henry Noel. *Voltaire*. México: Fondo de Cultura Econômica, 1941.

BREHIER, Émile. *História da Filosofia*. São Paulo: Mestre Jou, 1977.

CASSIRER, Ernst. *A filosofia do iluminismo*. 2. ed. Campinas, SP: Universidade de Campinas, 1994. Tradução: Álvaro Cabral.

_____. *Antropologia filosófica*. São Paulo: Mestre Jou, CHAMPLIN, R. N. *Enciclopédia de Bíblia, Teologia e Filosofia*. São Paulo: Agnos, 1972.

CHATELET, François; DUHAMEL, Olivier; PISIER, Evelyne (Sec. autor). *História das idéias políticas*. Rio de Janeiro: Zahar, 2000. Tradução Carlos Nelson Coutinho.

CHAUÍ, Marilena de Souza. *Da Realidade sem Mistérios ao Mistério do Mundo (Espinosa, Voltaire, Merleau-Pouuty)*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CHAUNU, Pierre. *A civilização da Europa das luzes*. Lisboa: Estampa, 1985. v. 1. nº 43 (Imprensa universitária). Tradução Manuel João Gomes.

CARRÉ, J. R. *Consistance de Voltaire, le Philosophe*. Paris: Galimard, 1938.

CHESSEX, Jacques. *O sonho de Voltaire*. São Paulo: Mandarim, 1996. Tradução Heloísa Jahn e Maria de Macedo Soares.

CRESSON, André. *Voltaire, sa Vie, son Ouvre, as Philosophie*. Paris: Press Univertaries de France, 1948.

DESNÉ, Roland. *A Filosofia Francesa no Século XVIII*. Rio de Janeiro: Zahar, 1974.

DIDEROT; D'LAMBERT. *Discurso Preliminar da Enciclopédia ou Dicionário Raciocinado das Ciências das Artes e dos Ofícios por uma Sociedade de Letrados*. São Paulo: UNESP, 1989. Tradução: Fúlvia Maria Luiza Moretto.

DU DEFFAND DE LA LANDE, Marie Anne de Vicky Chamrond. *Cartas a Voltaire*. São Paulo: Mandarin, 1996. Taduação Cristina Murachco.

DURANT, Will. *A Filosofia de Voltaire*. Rio de Janeiro: Tecnoprint, 2001. Os Grandes Filósofos. Tradução: Maria Theresa Miranda.

_____. *A história da civilização: a era de Voltaire*. Rio de Janeiro:Record, 1965. Tradução: Antonio Carlos Gonçalves Penna.

FORTES, Luiz Roberto Salinas. *O Iluminismo e os Reis Filósofos*. 5. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

GIANINNI, Humberto. In: SABEL, Claude (Org.). *A tolerância: por um humanismo herético*. Porto Alegre:L&PM, 1993, p. 15-27. Tradução: Paulo Neves.

GRAY, J. *Voltaire*. São Paulo: UNESP, 1999. Tradução: Gilson César Cardoso de Souza. Coleção Grandes Filósofos.

HOBBS, T. *O Leviatã*. São Paulo: Abril, 1979. Cap. XXVI – Das leis civis, Cap. XIII – Primeira Parte - Do Homem. Coleção Os Pensadores.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1975. Tradução Zeljko Loparic.

HOLBACH, Paul Henri Thiry, baron d'. *Systema de la nature*. Madrid: Bookseller, 1982.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Salles. *Dicionário Houaiss da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

HUISMAN, Dennis. *Dicionário dos filósofos. In Voltaire*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.

HUME, David. *História Natural da Religião*. São Paulo: UNESP, 2005. Tradução, apresentação e notas Jair Conte.

JAEGER, W. *Paidéia*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

KANT, Immanuel; BUZZI, Arcângelo R.; BOFF, Leonardo (coord.); LEÃO, Emmanuel Carneiro (et al.). Immanuel Kant: textos seletos. *O que é o Iluminismo?* Petrópolis, RJ: Vozes, 1974. 181 p. Tradução Raimundo Vier, Floriano de Souza Fernandes. (Textos Clássicos do Pensamento Humano; v. 2)

LEPAPE, Pierre. *Voltaire: Nascimento dos intelectuais no século das luzes*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995. Tradução: Mário Pontes.

LOCKE, John. *A Racionalidade do Cristianismo*. Madrid. 1977.

_____. *Lettre sur la tolérance*. Paris: P.U.F., 1965. Tradução de R. Polin.

_____. *Segundo Tratado sobre o Governo Civil. Carta sobre a Tolerância*. Petrópolis: Vozes, 1994. Trad. Maria de Magda Lopes e Marisa lobo da Costa.

LOPES, Marcos Antonio. *Voltaire político: espelhos para príncipes de um novo tempo*. São Paulo: UNESP, 2004.

LOPES, Marcos Antonio. *Voltaire historiador: uma introdução ao pensamento político na época do iluminismo*. Campinas: Papyrus, 2001.

LÖWITH, Karl. *O sentido da História*. Rio de Janeiro: Editora 70, 1977. Coleção Perfil.

MARKOVITS, F. Entre Crer e Saber. In: SAHEL, Claude (Org.). *A Tolerância: por um Humanismo herético*. Porto Alegre: LP&M, 1992. p. 102-134.

MATOS, Olgária Chain Feres. *A escola de frankfurt: luzes e sombras do iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1993.

MAUROIS, André. *Voltaire*. Paris: Pongetti, 1940. Tradução de Aurélio Pinheiro.

_____. *O pensamento vivo de Voltaire*. São Paulo: USP, 1981. Tradução: Lívio Teixeira.

MORA, J. F. *Cuatro visiones de la historia universal: San Augustin, Vico, Voltaire, Hegel*. Madrid: Alianza, 1984.

MUIRHEAD, H. H. *O Cristianismo Através dos Séculos*. Rio de Janeiro: Casa Publicadora Batista, 1951. v. I.

NASCIMENTO, Maria das Graças S. do. *Voltaire: a razão militante*. São Paulo: Moderna, 1996.

PADOVANI, Umberto; CASTAGNOLA, Luís. *História da filosofia*. 18. ed. São Paulo: Melhoramentos, 1993.

POLIAKOV, Léon. *De Voltaire a Wagner: história do anti-semitismo III*. São Paulo: Perspectiva, 1985. Tradução Ana M. Goldberger Coelho.

POMEAU, René. *La Religion de Voltaire*. Paris: Nizet, 1969.

_____. *Voltaire par lui-même*. Paris: Éditions du Seuil, 1957.

MAZZOLARI, Primo. *Sobre a Tolerância e outros ensaios*. Lisboa: Livraria Duas Cidades, 1965. Tradução Antônio Ramos Rosa.

ROUANET, Sergio P. *As Razões do iluminismo*. 2. ed. São Paulo: Cia das Letras, 2005.

_____. *Mal-estar na modernidade: ensaios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. ISBN 85-7164-326-1.

ROUSSEAU, J-J. *Carta ao Senhor de Voltaire*. São Paulo: Estação Liberdade, 2005.

_____. *Discurso sobre as origens e os fundamentos da desigualdade entre os homens*. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

VOLTAIRE. *Cartas Filosóficas*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar. Coleção Voltaire Vive.

_____. *Carta de Voltaire a Rousseau*. Florianópolis: Arca: Revista Literária Anual, n. 2, p. 55-57, 1995.

_____. *Cartas inglesas*. 2. ed. trad. Por Marilena Chauí et al. São Paulo: Abril Cultural, 1978. Coleção: Os Pensadores.

_____. *Comentários Políticos*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução Antonio de Pádua Danesi.

_____. *Contos Franceses*. São Paulo: Victor Civita, 1983. Trad. Mário Quintana.

_____. *Correspondance*. Paris: Mercure de France, 1950-1963.

_____. *Deus e os homens: Nossos crimes e nossas tolices*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução Eduardo Brandão.

_____. *Dialogues et anecdotes philosoquies*. Paris: Garnier Freres, 19?

_____. *Lettres philosophiques ou lettres anglaises*. Paris: Garnier Freres, 1956.

_____. *Memórias*. Rio de Janeiro: Imago, 1995. Tradução, posfácio e notas: Marcelo Coelho.

_____. *Oeuvres Completes*. Paris: Beuchot, 1829. 72 v.

_____. *O Pirronismo da História*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar.

_____. *O preço da justiça*. São Paulo: Martins Fontes, 2001. Tradução de Ivone Castilho Benedetti.

_____. *Os Pensadores*. São Paulo: Abril Cultural, 1973. Trad. João Lopes Alves. Textos: *Cartas Inglesas; Tratado de Metafísica; Dicionário Filosófico; O Filósofo Ignorante*.

_____. *O Túmulo do Fanatismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2006. Tradução Claudia Berliner.

_____. *Questões sobre os milagres*. São Paulo: Martins Fontes, 2003. Tradução Márcia Valéria Martinez de Aguiar.

_____. *Seleções*. São Paulo: Victor Civita, 1952. Tradução J. Brito Broca. Clássicos Jackson.

_____. *Tratado sobre a tolerância: a propósito da Morte de Jean Calas*. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000. Tradução: Paulo Neves.

_____. *Voltaire on Religion*. New York: Frederick Ungar, 1967. Selected writings.

_____. *Elementos da Filosofia de Newton*. Campinas: UNICAMP, 1996.

TORRES FILHO, Rubens Rodrigues. Cinismo Ilustrado. Almanaque Brasiliense, n. 4. São Paulo: Brasiliense, 1977.

_____. *Ensaio da Filosofia Ilustrada*. São Paulo: Iluminuras, 2004.

WEGER, Karl Heinz. *La Crítica religiosa em los tres últimos siglos diccionario de autores y escuetas*. Barcelona: Heder, 1986.

WOLFF, P. Barrington, M. Marcuse. H. *Crítica da tolerância pura*. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1970